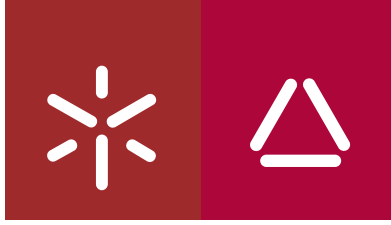


**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Hugo Miguel de Moraes Pinto

**Jornalismo de língua portuguesa em Macau:  
dificuldades e desafios**



**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Hugo Miguel de Moraes Pinto

## **Jornalismo de língua portuguesa em Macau: dificuldades e desafios**

Relatório de Atividade Profissional  
Mestrado em Ciências da Comunicação  
Área de especialização em Audiovisual e Multimédia

Trabalho efetuado sob a orientação do  
**Doutor Luís António Santos**



Universidade do Minho

**Nome:** Hugo Miguel de Moraes Pinto

**Endereço eletrónico:** hugommpinto@gmail.com

**Telefone:** +85366108317

**Número de Cartão de Cidadão:** 11787868

**Título do Relatório de Atividade Profissional:** Jornalismo de língua portuguesa em Macau: dificuldades e desafios

**Orientador:** Professor Doutor Luís António Santos

**Ano de conclusão:** 2016

**Mestrado:** Mestrado em Ciências da Comunicação – Área de Especialização em Audiovisual e Multimédia

#### DECLARAÇÃO

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, 28 / janeiro / 2016

Assinatura: Hugo Miguel de Moraes Pinto



Universidade do Minho

## **Agradecimentos**

Ao Professor Luís António Santos pela disponibilidade e pelas orientações, sem as quais este relatório de atividade profissional não teria sido possível.

Aos antigos e atuais camaradas, jornalistas, que prontamente se ofereceram para partilhar as suas experiências e reflexões que indubitavelmente enriquecem este trabalho sobre o que significa ser, hoje, jornalista de língua portuguesa em Macau.

À Inês, à minha Mãe e minha Irmã. Por tudo.



Universidade do Minho

## **Resumo:**

A experiência de uma década de jornalismo de língua portuguesa em Macau, uma região de maioria linguística chinesa, suscita uma reflexão crítica a partir das dificuldades e desafios que se impõem aos profissionais lusófonos. É este o objetivo do presente relatório de atividade profissional.

Além da descrição do percurso profissional iniciado com um estágio no jornal Público, com passagens pelo jornal Ponto Final e pela Rádio Macau, é exposto o atual panorama dos media na região administrativa especial chinesa, bem como o seu desenvolvimento ao longo dos anos, espelhando sempre o próprio curso da História. As incidências históricas ao longo do tempo em Macau também merecem uma apresentação na qual se destacam características (como a “soberania partilhada”, os conflitos de interesses ou o desconhecimento mútuo entre comunidades) que ainda subsistem e são consideradas, neste trabalho, de importância para a compreensão da realidade do jornalismo de língua portuguesa no território sob administração chinesa, depois de quase cinco séculos sob a alçada de portugueses.

A reflexão sobre as dificuldades e desafios é complementada com os testemunhos de seis portugueses que exercem ou já exerceram jornalismo em Macau. Em concreto, tentou-se perceber qual o impacto das barreiras linguísticas e culturais na atividade jornalística, concluindo-se que, enquanto a primeira tem um peso significativo, a segunda tende a ser mais desvalorizada. Além disso, as diferentes experiências evidenciaram uma realidade da qual emergem outras questões, como os grandes obstáculos que se erguem no acesso às fontes (pessoas e informação), que, todas juntas, pintam um quadro vívido do que significa, hoje, ser jornalista de língua portuguesa em Macau.

Palavras-Chave: Jornalismo, Macau, Língua Portuguesa.



Universidade do Minho

## **Abstract:**

The experience of a decade as a Portuguese-speaking journalist in Macau, a region of a Chinese linguistic majority, raises a critical reflection about the difficulties and challenges faced by the lusophone professionals. This is the purpose of this professional activities report.

Besides describing my own professional career, which started with an internship at the Portuguese newspaper Público, this report further analyses the current situation of the Macau Portuguese language media, as well as its development throughout the years. Since the media mirrors Macau's history, there's also an examination of that very own past and its lasting features, such as "shared sovereignty", conflicts of interest or the mutual obliviousness among communities. Those, it is observed, remain and its acknowledgment is considered essential to better understand the reality of the Portuguese-speaking journalism in a territory under Chinese administration after nearly five centuries of Portuguese rule.

My own reflection about the difficulties and challenges are complemented by those of six people who work or have worked as Portuguese-speaking journalists in Macau.

Specifically, this report tries to assess the impact of language and cultural barriers in journalism, concluding that while the former has a significant role, the second tends to be undervalued.

In addition, the answers revealed other major obstacles that make it difficult to reach sources (people and information). Together, all these elements paint a vivid picture of what it means today to be a Portuguese-speaking journalist in Macau.

Keywords: Journalism, Macau, Portuguese Language.



## Índice

<b>Capítulo I – Experiência profissional .....</b>	<b>01</b>
1.1 – Estágio curricular no jornal Público.....	01
1.2 – Jornal Ponto Final .....	02
1.3 – Rádio Macau.....	04
1.3.1 – A experiência internacional da União de Radiodifusão da Ásia-Pacífico.....	10
<b>Capítulo II – Os meios de comunicação social de Macau.....</b>	<b>14</b>
2.1 – Ponto Final .....	14
2.2 – Rádio Macau.....	17
<b>Capítulo III – Enquadramento histórico de Macau e da imprensa em língua portuguesa.....</b>	<b>19</b>
3.1 – Macau – breve história de (des)encontros .....	19
3.1.1 – O verdadeiro período chinês de Macau.....	23
3.2 – Jornalismo de língua portuguesa em Macau – dos primórdios ao presente .....	30
3.3 – Desafios e dificuldades do jornalismo de língua portuguesa em Macau .....	34
3.3.1 - A minha experiência.....	34
3.3.2 - Testemunhos de outros jornalistas.....	41
<b>Capítulo IV – Conclusão.....</b>	<b>51</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>57</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>60</b>



## **Capítulo I: Experiência profissional**

### **1.1 – Estágio curricular no Público**

O dia 17 de junho de 2003 foi o primeiro de um estágio curricular de três meses na redação do Porto do jornal Público, como parte da Licenciatura de Comunicação Social, concluída no dia 23 de novembro de 2004.

A escolha do Público para a realização do estágio curricular refletiu a identificação com valores e práticas do jornal, do estilo ao conteúdo.

A experiência de estagiar no Público foi favorecida pelo facto de ter acontecido nos meses de verão, pois na maior parte do período que foi de 17 de junho a 17 de setembro não havia mais estagiários na redação, situação bem diferente do que acontecia noutras alturas do ano, em que era comum haver, pelo menos, uma mão cheia de “aprendizes”.

Deste modo, foi possível beneficiar de um acompanhamento mais próximo por parte de cada um dos editores das diferentes secções, algumas das quais entretanto desaparecidas, como a secção “Local”, que, nesse tempo, merecia o aspeto diferenciado de um caderno no interior do jornal, consoante as diferentes edições regionais (Braga, Porto, Coimbra, Lisboa, etc.).

Além da cobertura da atualidade local nas suas múltiplas facetas (política, economia, saúde, cultura, entretenimento), houve ainda oportunidade de trabalhar para as secções “Sociedade”, “Media” (outra que desapareceu), “Economia”, “Cultura” e para a então revista “Pública” (também extinta), com uma reportagem sobre os 20 anos do programa radiofónico “Íntima Fração”, de Francisco Amaral, que era transmitido na TSF, aos domingos, da uma às três da manhã.





A experiência profissional no Ponto Final, um dos três diários de Macau em língua portuguesa, durou três anos, entre setembro de 2005 e setembro de 2008, primeiro como jornalista – durante oito meses –, e depois também como editor.

A experiência reporta-se a um período do Ponto Final marcado por limitações ao nível dos recursos humanos. Não só a redação tinha menos jornalistas do que era norma em anos anteriores, como raramente foi possível contar com a colaboração de tradutores e/ou jornalistas de língua materna chinesa.

De início, em setembro de 2005, a relação com o Ponto Final começou por ser uma colaboração a tempo parcial, consistindo na prestação de apoio na tradução de notícias de agência em inglês e na tradução de notícias breves de atualidade local das edições do dia anterior dos dois principais jornais de Macau em língua chinesa (Ou Mun Iat Pou e Va Kio), que duas colaboradoras (não jornalistas) de língua materna chinesa por sua vez traduziam para inglês.

Só em outubro de 2005 teve início o trabalho a tempo inteiro como jornalista do Ponto Final, poucos dias antes da saída dos dois jornalistas que, com o diretor e as duas colaboradoras chinesas, compunham o corpo da redação.

Como jornalista do Ponto Final registam-se duas experiências distintas. Por um lado, a experiência das saídas em reportagem (conferências de imprensa, cobertura de eventos como reuniões plenárias da Assembleia Legislativa, comissões, manifestações, conferências ou exposições, etc.), viagens ao exterior para acompanhar governantes (China, Japão); por outro lado, a experiência de editar o jornal: decidir a agenda e o alinhamento/destaques das notícias, bem como fechar as edições do jornal, compondo a paginação, incluindo as decisões quanto à primeira página.

No papel de editor, devido às várias tarefas inerentes e ao facto de haver poucas pessoas na redação, não havendo a possibilidade de delegar, raramente foi possível abandonar as instalações do jornal. Nessas condições, de certo modo, verifica-se uma perda do contacto



direto com a realidade, que surge apenas na forma mediada do trabalho dos outros jornalistas e dos comunicados de imprensa. Em traços gerais, é um trabalho que corresponde ao que se poderia designar como “jornalismo de secretária”, que cria uma absoluta dependência do telefone e da ligação à Internet e remete os jornalistas a um papel de mera reprodução das notícias que outros fizeram. Na maior parte dos casos, também devido à temática (notícias sobre a atualidade internacional) não há procura de informação própria, confirmação ou “follow up”, apenas se traduz e trata a informação de modo a adaptar-se aos conteúdos e estilo característicos do jornal.

Tendo em conta a ainda breve experiência profissional, bem como o relativo desconhecimento sobre Macau, o “jornalismo de secretária” pode revelar-se impeditivo para uma mais rápida e sólida evolução, pois “enclausura” o profissional, ao mesmo tempo que lhe transmite uma sensação de segurança e de controlo, apenas porque o afasta da realidade do mundo exterior.

Em suma, no papel de editor com poucos recursos humanos e meios para poder fazer uma cobertura (local) alargada, com presença nos diversos pontos da agenda diária e com possibilidades de fazer investigação, fica-se reduzido às funções de organizar, traduzir ou reescrever a informação, “tratando” os comunicados de imprensa e editando os materiais recebidos dos restantes jornalistas.

A experiência no Ponto Final, marcada por desafios e dificuldades, aparece relatada com mais detalhe no capítulo 3.3.1.



Universidade do Minho

### 1.3 – Rádio Macau

O trabalho como jornalista da Rádio Macau, canal em português da emissora pública Teledifusão de Macau, começou em outubro de 2008, poucos dias depois da saída por vontade própria do jornal Ponto Final.

Nos cerca de sete anos de Rádio Macau, contam-se muitas horas “no ar”, quer como editor a apresentador de noticiários (generalistas e especializados: desporto e financeiro), quer como entrevistador, repórter ou autor e realizador de programas sobre música (“Próximo Oriente”) e história (“O Meu Lugar”, “Falar de Memória”).

No que diz respeito aos trabalhos jornalísticos, destacam-se, por ordem cronológica, quatro peças:

- "Breve Monografia de Macau - A versão chinesa da História de Macau em Português"<sup>1</sup>

Este trabalho, emitido na Rádio Macau a 21 de julho de 2010, versa sobre a edição de uma tradução para português da autoria de Jin Guo Ping da obra “Aomen Jilue – Breve Monografia de Macau”, considerada o primeiro registo sistemático de informações sobre Macau em língua chinesa.

Jin Guo Ping não só traduziu como acrescentou e atualizou centenas de notas explicativas, tornando esta versão em português a mais fiel à original, escrita por Ying Guangren e Zhang Rulin, dois mandarins que, entre 1744 e 1746, estiveram encarregados dos assuntos de Macau.

Além de Jin Guo Ping, foram entrevistados os historiadores Wu Zhiliang e Teresa Sena.

Esta reportagem conquistou o “Prémio Macau – Reportagem 2010”, atribuído pela Fundação Oriente.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Pode ser ouvida na página da Rádio Macau, na secção “Especiais”:

[http://portugues.tdm.com.mo/radio\\_new.php?ra=p4](http://portugues.tdm.com.mo/radio_new.php?ra=p4)

<sup>2</sup> “Hugo Pinto vence Prémio Macau-Reportagem 2010”, notícia da Agência Lusa reproduzia no Diário Digital, acedida no dia 3 de outubro de 2015 em:

[http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id\\_news=508979](http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=508979)



Universidade do Minho

O galardão foi criado em 2009 para distinguir o melhor trabalho jornalístico sobre Macau, nas vertentes cultural e socioeconómica, publicado em órgãos de comunicação social de Macau e de Portugal. Nesta segunda edição, concorreram 11 jornalistas portugueses com um total de 25 trabalhos.

De acordo com o júri do prémio, Breve Monografia de Macau foi considerado um “bom trabalho de reportagem radiofónica”, possuindo elementos sonoros “complementados por uma pesquisa histórica que dão maior relevância e coesão à peça”, refere um comunicado da Fundação Oriente.

Por outro lado, realça a instituição, para além do tópico comportar “um significado e interesse para os estudos históricos de Macau e para a compreensão das comunidades chinesa e portuguesa”, a seleção editorial “surpreendeu, ainda, pela atualidade conferida a um texto do século XVIII”.

- “Integração Regional: o futuro aqui tão perto”<sup>3</sup>

Este trabalho, emitido na Rádio Macau no dia 22 de junho de 2014, foca as relações próximas entre Macau e as regiões chinesas vizinhas. Apesar de históricas, nunca como nos últimos tempos essas ligações foram tão estreitas.

A integração regional é um desígnio do futuro, mas quando ainda faltam 35 anos até Macau fazer parte do primeiro sistema, de acordo com o postulado na Declaração Conjunta Sino-Portuguesa sobre a Questão de Macau<sup>4</sup>, têm sido várias as políticas e as medidas que vão reforçando a dependência e o sentimento de pertença em relação à China.

---

<sup>3</sup> Pode ser ouvida em: [https://www.mixcloud.com/proximo\\_orient/integra%C3%A7%C3%A3o-regional-de-macau-o-futuro-aqui-t%C3%A3o-perto/](https://www.mixcloud.com/proximo_orient/integra%C3%A7%C3%A3o-regional-de-macau-o-futuro-aqui-t%C3%A3o-perto/)

<sup>4</sup> Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau, acedido no dia 3 de outubro de 2015 em: <http://bo.io.gov.mo/bo/i/88/23/dc/pt/>

Neste acordo bilateral ficaram definidos uma série de compromissos entre Portugal e a China para Macau, estipulando-se que “após o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau não serão nela aplicados o sistema e as políticas socialistas, mantendo-se inalterados os atuais sistemas social e económico, bem como a respetiva maneira de viver, durante cinquenta anos”, sob o princípio “Um país, dois sistemas”. Debajo deste princípio, as políticas socialistas em vigor no resto da China não se aplicam (exceto nas áreas da Defesa e Relações Externas) a Macau (nem a Hong Kong).



Para esta reportagem foram entrevistados o arquiteto Francisco Vizeu Pinheiro, o economista Albano Martins, o professor e ex-deputado Paul Chan Wai Chi e o escritor e académico Pan Lei, dando conta de como as vantagens e ameaças da integração regional dividem opiniões.

À partida para este trabalho, houve o entendimento de que apesar do destino traçado há questões que se levantam, entre as quais a de se saber se um território com a dimensão de Macau conseguirá resistir e preservar intactos valores como a identidade e a cultura.

- “As novas regras do jogo”<sup>5</sup>

Este trabalho, transmitido na Rádio Macau no dia 25 de janeiro de 2015, também valeu o “Prémio Macau – Reportagem” da Fundação Oriente, atribuído em dezembro de 2015. Na opinião do júri, “A reportagem aborda um tema sensível, da maior atualidade e de grande impacto socioeconómico, o qual tem causado enorme preocupação e que afeta, em maior ou menor escala, toda a sociedade de Macau. A reportagem foi considerada um trabalho jornalístico de qualidade excecional, preenchendo todos os requisitos jornalísticos para a categoria em causa: um tema da maior atualidade, uma ideia bem planeada, um texto muito bem construído com base numa diversificação equilibrada de fontes consultadas e, ainda, uma cuidada montagem da peça.”<sup>6</sup>

O trabalho tem como pano de fundo as mudanças que ocorreram na indústria do jogo, no final de 2014, e que tiveram consequências que continuam a sentir-se.

No final de 2014, os casinos de Macau, os mais lucrativos do Mundo e, de longe, a principal indústria do território, sofreram a primeira queda anual das receitas desde que o setor do jogo foi liberalizado, em 2002.

Os lucros caíram como efeito do abrandamento da economia na China e da campanha contra a corrupção no país, que fez com que os grandes apostadores se mantivessem discretos. O declínio das receitas da indústria do jogo aconteceu numa altura em que Pequim tornou mais

---

<sup>5</sup> Pode ser ouvida em: [https://www.mixcloud.com/proximo\\_oriente/as-novas-regras-do-jogo/](https://www.mixcloud.com/proximo_oriente/as-novas-regras-do-jogo/)

<sup>6</sup> Notícia da Revista Macau com base no comunicado da Fundação Oriente. Página acedida no dia 3 de dezembro de 2015: <http://www.revistamacau.com/2015/11/30/hugo-pinto-vence-premio-macau-reportagem-2015/>



urgente o pedido para que Macau optasse por um novo modelo de desenvolvimento, não tão dependente dos casinos.

Em nome da diversificação económica, o Governo Central de Pequim quer há muito desviar Macau do crescimento dominado pelos chamados jogadores VIP, grandes apostadores que são trazidos para Macau por promotores de jogo, "junkets", que lhes emprestam o dinheiro que não podem trazer da China devido aos limites impostos nas fronteiras.

Mas pode Macau, cidade que até surge enraizada na cultura popular (cinema e literatura) como "inferno do jogo", transformar-se num asséptico "centro mundial de turismo e lazer", como Pequim pretende?

Este trabalho procura responder a essa pergunta, analisando o que Macau sempre foi e o que está a ser feito para alterar esse estado, nomeadamente a diversificação económica, que os especialistas entrevistados consideram “falsa”. Além do mais, à medida que as receitas continuaram a cair, havia novos grandes projetos de casinos agendados para abrirem em breve, o que indicia uma dissonância entre discurso e realidade.

Em síntese: casinos em Macau, de “film noir” a entretenimento para toda a família? O que está mais próximo da realidade? O que está mais próximo da fantasia? Que filme é este?

Neste trabalho, foram abundantemente utilizados registos sonoros de diversas fontes (música, filmes antigos, noticiários internacionais), com o objetivo de compor uma sugestiva banda sonora que acompanhasse as alusões à representação de Macau na cultura popular (cinema, sobretudo).

Para esta reportagem foram entrevistados o economista José Isaac Duarte, o consultor e antigo diretor dos Serviços de Informação da Polícia de Hong Kong, Steve Vickers, o deputado e economista Ng Kuok Cheong e o académico Tim Simpson.

- “Escrito na pedra - Dez anos de Centro Histórico de Macau como Património Mundial” <sup>7</sup>

A convite do diretor de Informação e Programas dos Canais Portugueses da Teledifusão de Macau (TDM), João Francisco Pinto, e em colaboração com o jornalista João Guedes, foi

---

<sup>7</sup> Pode ser visto em: <https://www.youtube.com/watch?v=MfyNgl-vymI>



Universidade do Minho

produzido e realizado um documentário televisivo para assinalar o décimo aniversário (15 de julho de 2015) da inclusão do centro histórico de Macau na lista do património mundial da UNESCO.

A UNESCO define o que faz parte da lista do património mundial como “lugares de excecional valor para a humanidade”.

Para Macau, o reconhecimento internacional, além de um orgulho, significou também a responsabilidade de preservar um importante pedaço da História da China e da História Mundial.

Mas, na realidade, o que é que significa essa herança para quem nasceu em Macau e para quem visita o território? Foi o que se procurou saber através de duas entrevistas, a um escritor que nasceu em Macau e a uma turista chinesa de uma cidade vizinha, Shenzhen.

Pretendeu-se explorar a relação do património com a identidade de Macau. Como se percebe pelo testemunho de quem nasceu e cresceu no território (escritor), a distinção da UNESCO teve um papel importante na mudança de paradigma, pois foi só aquando do anúncio da agência das Nações Unidas que o entrevistado disse ter-se apercebido do valor e do significado do património, que, na maioria, é de origem portuguesa. Só naquele nesse momento, afirmou, sentiu que aquilo também lhe pertencia.

Como contraponto a esta visão de proximidade, de intimidade, apresenta-se o testemunho de uma turista.

A par do jogo, o turismo é a principal atividade de Macau e, desde julho de 2005 e da distinção da UNESCO, o património passou a ser uma das principais atrações do território, não destronando, contudo, os casinos.

Em 2014, Macau recebeu 31,5 milhões de visitantes, um número recorde. No entanto, a maioria viaja até ao território com um único objetivo: os jogos de fortuna e azar.

Mesmo sendo Macau uma cidade repleta de interesse cultural e histórico (o primeiro ponto de encontro entre o Ocidente e a China, o berço do catolicismo na Ásia, o lugar onde se construiu a primeira universidade de estilo ocidental na Ásia e também onde se construiu o primeiro farol de navegação na Ásia), são os casinos que exercem o maior poder de atração



Universidade do Minho

sobre os turistas, que na maioria são oriundos da China e que aproveitam Macau para poderem fazer o que no país estão proibidos: apostar.

Com esta entrevista, o objetivo consistiu em mostrar o património através dos olhos de quem nos visita, de quem vem e vê de fora, apresentando o contraste face a quem aprendeu a ver o património a partir de dentro.

Destaque, ainda, por ordem cronológica, para dois programas fora do espectro jornalístico tradicional:

- “Próximo Oriente”<sup>8</sup>

“Uma viagem aos novos territórios da música, à procura do Próximo Oriente. Com partida em Macau, paragens nas proximidades e aventuras nas latitudes mais distantes. Sempre seguindo as coordenadas da nova música num velho Mundo.”

Foi este o mote para o programa que estreou na Rádio Macau no dia 6 de março de 2010, um sábado, às 17 horas, o horário que haveria de ser repetido ao longo de 37 edições que duraram até 18 de dezembro de 2010.

“Próximo Oriente”, com cerca de 60 minutos, foi um programa dedicado à nova música alternativa produzida na Ásia, o que implicou um trabalho de pesquisa que levou ao contacto com diversas editoras e músicos da região (Macau, Hong Kong, China, Filipinas, Indonésia, Camboja, Tailândia, Singapura, Malásia, Coreia do Sul e Japão).

Tratou-se, em suma, de um trabalho de descoberta e divulgação musical, continuado e, de certa forma, complementado, após o fim das emissões radiofónicas, com uma série de crónicas publicadas semanalmente no jornal Hoje Macau, entre 11 de fevereiro de 2011 e 12 de julho de 2013.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Programas completos reunidos neste endereço, consultado em 3 de outubro de 2015:

[https://www.mixcloud.com/proximo\\_oriente/](https://www.mixcloud.com/proximo_oriente/)

<sup>9</sup> Crónicas reunidas neste endereço, consultado em 3 de outubro de 2015:

<http://ohugopinto.blogspot.pt/search/label/Pr%C3%B3ximo%20Oriente%20no%20Hoje%20Macau>





Este programa teve 23 edições e foi transmitido na Rádio Macau, semanalmente, às quintas-feiras, às 07h45, com repetição às 16 horas, entre 14 de março de 2013 e 23 de janeiro de 2014.

Com duração variável entre os 6 minutos e os 10 minutos, o programa apresentava, em cada edição, um convidado que era entrevistado num local de Macau da sua escolha. A ideia era destacar os lugares do território aos quais as pessoas estavam ligadas de um ponto de vista afetivo. Fazendo-as recuperar memórias pessoais, pretendia-se reconstituir o próprio imaginário coletivo de um território que, devido ao desenvolvimento, foi sempre alvo de diversas transformações e descaracterizações.

- “Falar de Memória” <sup>11</sup>

Falar de Memória é um programa que conta com a participação do jornalista e investigador João Guedes. Semanalmente, às quintas-feiras, às 07h45, com repetição às 16 horas, faz-se a revisitação do passado de Macau através das histórias que têm como protagonistas personagens e lugares que ainda perduram na memória.

A primeira edição foi para o ar no dia 5 de fevereiro de 2015.

Com este programa, pretende-se aproveitar o conhecimento da história de Macau por parte de João Guedes (dos quadros da TDM), que, seguindo um tom de conversa informal, tem lançado luz sobre aspetos menos conhecidos, com particular enfoque nos dois últimos séculos.

Procura-se abordar temas que tenham alguma ressonância na atualidade, e que, de algum modo, ajudem a compreender o presente.

### **1.3.1 – A experiência internacional da União Ásia-Pacífico de Radiodifusão**

O trabalho como jornalista da Rádio Macau possibilitou o envolvimento e a participação nas atividades da União Ásia-Pacífico de Radiodifusão (Asia-Pacific Broadcasting Union),

---

<sup>10</sup> Edições reunidas na secção “Falar de Memória/O Meu Lugar”, na página da Rádio Macau: [http://portugues.tdm.com.mo/radio\\_new.php?ra=p4](http://portugues.tdm.com.mo/radio_new.php?ra=p4)

<sup>11</sup> Edições reunidas no blogue: <http://memoriamacau.blogspot.com/>



Universidade do Minho

organização à qual a TDM se associou em 1983, tendo mais tarde, em 2004, sido eleita membro da comissão executiva.

A União Ásia-Pacífico de Radiodifusão é uma associação sem fins lucrativos, não governamental e profissional de organismos de radiodifusão, formada em 1964 para facilitar o desenvolvimento da radiodifusão na região da Ásia-Pacífico e organizar atividades de cooperação entre os seus membros.<sup>12</sup>

Em 2014, a ABU contava com mais de 275 membros em 68 países, alcançando uma audiência potencial de mais de 3 mil milhões de pessoas.

Como membro, a TDM participa várias vezes nas reuniões anuais, cimeiras, conferências temáticas e fóruns.

Em 2014, houve indicação do diretor de Informação e Programas dos Canais Portugueses da Teledifusão de Macau (TDM), João Francisco Pinto, para que representasse a empresa como membro do júri na decisão final da edição de 2014 dos Prémios de Rádio da ABU, entre os dias 29 de setembro e 1 de outubro de 2014, em Kuala Lumpur, na Malásia.

De um total inicial de mais de uma centena de trabalhos, aos membros do júri (R.C. Gopal, da All India Radio; Rajesh Joshi, da BBC World Service; Liao Jibo, da China Radio International (CRI); Christina M. Barbin, da DZMM Radio – ABS – CBN Corporation, Filipinas; Dahlia Zainuddin, da MediaCorp Pte. Ltd, Singapura; Hugo Pinto, TDM, Macau) foi entregue um conjunto de 35 peças radiofónicas submetidas por 25 estações de 19 países ou regiões, competindo em sete categorias (documentário, teatro radiofónico – drama, programa interativo, reportagem, personalidade radiofónica, anúncio de serviços à comunidade, prémio especial do júri).

Na sua globalidade, em termos de qualidade, os trabalhos apresentados refletiram diversidade, variando entre a mediania e a excelência. Foi esse o caso verificado, sem exceção, nas diferentes categorias do concurso.

---

<sup>12</sup> Página oficial da ABU, acedida no dia 3 de outubro de 2015 em:  
[http://www.abu.org.my/About\\_Us-@-About\\_the\\_ABU\\_.aspx](http://www.abu.org.my/About_Us-@-About_the_ABU_.aspx)



A diversidade foi também uma característica no que diz respeito aos conteúdos, temas e questões abordados nos diferentes trabalhos, espelhando-se, dessa forma, a vastidão e riqueza próprias de uma organização internacional como a ABU.

Durante as reuniões, que decorreram diariamente entre as 09h30 e as 17h30, os membros do júri revelaram as suas preferências em cada categoria e debateram, com grande atenção ao detalhe, os méritos e qualidades dos respetivos trabalhos, sempre num espírito de abertura e transparência, inculcado, desde o início, pela própria organização.

De um modo geral, os vencedores das várias categorias foram distinguidos pela relevância do trabalho realizado, pelo domínio das técnicas de produção, pelo profissionalismo, pelo rigor e objetividade – quando assim exigido –, pela originalidade e criatividade, pela profundidade e visão demonstradas, pela luz que foram capazes de lançar, pela contagiante transmissão de pensamentos, e também pelo interesse que conseguiram despertar, pelo envolvimento e magnetismo que emitiram, sendo capazes de falar diretamente com cada membro do júri, apesar das barreiras linguísticas e culturais.

No final dos trabalhos de avaliação, todos os membros do júri tiveram oportunidade de falar, a título pessoal, sobre a experiência por que tinham acabado de passar. O "enriquecimento" e a "inspiração" foram denominadores comuns que todos partilharam. Só uma organização com a dimensão e características da ABU poderia proporcionar uma experiência deste calibre, que poderia ser descrita como uma verdadeira volta ao mundo pelas ondas do éter radiofónico.

Tomar contacto direto com trabalhos de 25 estações de 19 países ou regiões, todas distintas em termos de estilo, meios e conteúdos é simultaneamente fator de enriquecimento e de humildade. Além do conhecimento adquirido sobre diferentes realidades, ficou também o registo da aprendizagem de novas linguagens e modos de ver, servindo de lembrança nunca escusada sobre a importância de um permanente alargamento dos horizontes. Esta disposição é fundamentalmente importante no mundo da comunicação, seja no jornalismo ou no entretenimento, na Rádio ou na Televisão.



Poderá sempre questionar-se a natureza de concursos deste género – haverá legitimidade em comparar trabalhos, temas, histórias de origens tão diversas e distantes? Foi com essa ressalva em mente e de espírito aberto que todos os trabalhos foram escutados. Não se tratou de uma competição como uma corrida ou uma luta entre rivais, mas sim de uma seleção dos melhores entre os melhores, de distinguir os que celebram os valores e as práticas que enformam a Comunicação e o Jornalismo.

Ainda em outubro de 2014, a TDM realizou a “51<sup>a</sup> Assembleia Geral da ABU” em Macau, com a participação de mais de 600 dirigentes, especialistas e académicos oriundos de todo o mundo.

No âmbito da assembleia-geral, surgiu o convite para que fizesse uma apresentação, no dia 23 de outubro de 2014, sobre os desafios de fazer rádio para uma minoria linguística, temática que será abordada em detalhe no capítulo 3.3.



## Capítulo II – Os meios de comunicação de Macau

### 2.1 – Ponto Final

Desde que foi publicado pela primeira vez, no dia 18 de dezembro de 1991, até hoje, o Ponto Final teve diversas vidas e a história do jornal amiúde refletiu a própria história de Macau, sobretudo nos anos finais da administração portuguesa do território.

O “Estatuto Editorial” do Ponto Final, publicado no número inicial, é disso manifesto: “Entramos nos anos finais da presença em Macau. Contudo, não percebemos a extrema necessidade de nos irmos embora, até porque muitos de nós nascemos aqui, quando ainda podíamos chamar português a este braço de terra vindo da China. Transferida a soberania para a República Popular da China, os portugueses deverão ainda marcar presença na Cidade do Nome de Deus. Uma presença económica, política e, sobretudo, cultural. Sem preconceitos, nem falsas culpabilidades. Até porque estas não existem. Os macaenses do futuro precisarão de nós, da nossa memória, para marcar a sua diferença. Não nos devemos eximir a esta responsabilidade. Esta será a nossa política. Defender todas as ações que visem a consolidação das posições portuguesas, com sentido de futuro e responsabilidade pelo passado. Seremos claros e concisos, porque preferimos a afirmativa a obscuros jogos de sombras. Este é um jornal lusófono, lusófilo, para não dizer lusómano. Assumimo-lo sem extremismos, mas com determinada e profunda convicção. Talvez por estarmos longe da terra onde nasceu a língua que é a nossa pátria. Pugnaremos, à medida das nossas forças, pela sua defesa nesta zona do Mundo. Este é um jornal independente, um jornal de jornalistas, sem filiações partidárias ou a grupos de interesse local ou regional. E ponto final.”<sup>13</sup>

Nascendo no período a que o próprio jornal chamava de “anos do fim”<sup>14</sup>, o Ponto Final assumiu um registo desempoeirado e descontraído, mas nem por isso mais prosaico. Muitas vezes (com consequências indesejadas) o jornal era crítico e frontal nas acusações e denúncias feitas contra o governo português de Macau.

---

<sup>13</sup> Ponto Final, nº0, 18 de dezembro de 1991, Macau.

<sup>14</sup> O próprio nome do jornal, segundo o atual proprietário e antigo diretor, Ricardo Pinto, explicou em conversa privada, reflete o fim da era da administração portuguesa de Macau.



Os primeiros tempos, de periodicidade variável – umas vezes semanário, outras diário –, foram marcados pela difícil convivência entre os jornalistas que faziam o Ponto Final e a administração portuguesa do território.

No dia 7 de março de 1992, a ficha técnica revela a primeira mudança de diretor. Herculano Estorninho, homem da cultura (pintor), macaense, dava lugar ao jornalista Paulo Aido. Nessa edição, o novo diretor e o diretor-adjunto, Carlos Morais José, escrevem em editorial que: “Pretendemos apenas servir Macau. Com verdade e independência. Se calhar é por isso que nos acusam de ser agressivos. De termos ‘lobbies’ por detrás de nós. No fundo, todos sabem que não é verdade.”

Mas o Ponto Final tinha entrado numa espiral descendente.<sup>15</sup>

O primeiro ciclo da vida do jornal foi até 1 de agosto de 1992, data da 163ª edição.

Antes, em junho, o Ponto Final iniciara uma “campanha de denúncia da falta de liberdade em Macau”. Com pouca ou nenhuma publicidade e sem outras formas de financiamento, a publicação do jornal teve que ser suspensa.

O segundo ciclo do Ponto Final, que entretanto fora adquirido por dois advogados, começa a 25 de setembro de 1992, com nova publicação de um número 0.

Em vez do invulgar aspeto de um fanzine de tamanho A4, o jornal adotava agora o formato tabloide, que se mantém até hoje. Nesta segunda série, dirigido por Pedro Correia, o Ponto Final apresenta-se como um semanário.

Só em 2002, o 18º ano da sua existência, sob a direção de Ricardo Pinto, o Ponto Final assume a periodicidade diária (de segunda a sexta) que se mantém até hoje.

O Ponto Final pode ser considerado, em termos de conteúdo, um jornal local à dimensão de uma região. As notícias de Macau surgem, quase sempre, em primeiro plano, seguidas pelas que dizem respeito à China e ao resto do continente asiático. Outros conteúdos que merecem destaque são os relacionados com a lusofonia, em particular com Portugal. Em

---

<sup>15</sup> “A Memória de um Jornal”, Hugo Pinto, Ponto Final, nº 1201, III Série, 15 de dezembro de 2006, Macau.



Universidade do Minho

larga medida, com a exceção da atualidade que diz respeito a Macau, existe na restante informação uma forte dependência das agências de notícias.

Em termos de cachas jornalísticas, a maioria consiste na divulgação antecipada de documentos (denúncias, relatórios, dados estatísticos, etc.), informações atinentes a determinadas classes profissionais (advogados, juristas), antecipação de acontecimentos (eventos, visitas oficiais, datas da apresentação de diplomas legislativos, etc.).

Com a agenda oficial a ser partilhada por todos os órgãos de comunicação, o Ponto Final, à semelhança dos restantes jornais, procura distinguir-se através do tom, enfoques e exclusivos que passam, sobretudo, por entrevistas e reportagens.



## 2.2 – Rádio Macau

A origem da Rádio Macau data de 1976, quando foi criado, no território, um Serviço Público de Radiodifusão. Em 1982 haveria de ser constituída a ainda existente empresa pública de teledifusão (TDM – Teledifusão de Macau), integrando os serviços de rádio, criando-se o canal Ou Mun Tin Toi (em língua chinesa) e o canal Rádio Macau (em língua portuguesa). Os dois mantêm-se ainda em funcionamento.<sup>16</sup>

Depois de fundada oficialmente em 1982, em 25 de julho de 1990, a TDM e o governo português de Macau assinaram o “Contrato de concessão do serviço de radiodifusão televisiva e sonora”, com a duração de 15 anos. Em 11 de julho de 2005, o contrato foi renovado, desta feita entre a TDM e o governo da Região Administrativa Especial de Macau.

Atualmente, a TDM mantém dois canais de língua portuguesa, um televisivo (Canal Macau), e um de rádio (Rádio Macau).

Na frequência FM 98.0, a Rádio Macau emite 24 horas por dia, mas apenas com emissão de produção própria das sete da manhã às oito da noite durante a semana e das oito da manhã às oito da noite aos feriados e fins de semana. No restante horário, a emissão é assegurada em simultâneo com a RDP-Antena 1 (Portugal).

A produção própria é totalmente realizada em Macau por uma equipa de nove jornalistas e cinco animadores.

Na parte da informação, a Rádio Macau emite de segunda a sexta 11 noticiários (um dedicado apenas ao desporto e outro à economia e negócios) e quatro sínteses noticiosas, que incluem as revistas de imprensa dos jornais de Macau (em português, inglês e chinês, incluindo-se também os destaques informativos da Ou Mun Tin Toi) e de Hong Kong (em língua inglesa).

---

<sup>16</sup> Página do Museu das Comunicações dos Correios de Macau, acedida a 2 de outubro de 2015 em:  
[http://macao.communications.museum/por/exhibition/secondfloor/moreinfo/2\\_9\\_3\\_RadioMacau.html!!](http://macao.communications.museum/por/exhibition/secondfloor/moreinfo/2_9_3_RadioMacau.html!!)





Universidade do Minho

Semanalmente, a Rádio Macau emite um programa de debate sobre desporto (“Bola ao Centro”), outro sobre a atualidade de Macau, da China e do Mundo (“Contraponto”, que reúne um painel variável de nove comentadores, e que é também transmitido pelo canal de televisão em português), um de entrevistas (“Rádio Macau Entrevista”), um sobre a atividade cultural (“Bloco de Notas”, agenda cultural), outro de música alternativa (“Zona Indie”), um de divulgação de um disco (“Som da Semana”) e um de música clássica (“Scherzo”).

Existem também rubricas de divulgação de livros (“A Rádio com Livros”), vinhos portugueses (“Vinhos na Rádio”), novas tecnologias (“Rádio Byte”) e sobre locais e figuras que marcaram a história de Macau (“Falar de Memória”).



## **Capítulo III – Enquadramento histórico de Macau e da imprensa em língua portuguesa**

### **3.1 – Macau – uma breve história de (des)encontros**

Seja olhando para o mapa, seja calcorreando as suas ruas esquecidos do tempo, é difícil imaginar que um território tão exíguo quanto Macau (com pouco mais de 30 quilómetros quadrados), possa ter uma relevância histórica do tamanho do Mundo. É surpreendente que, por um lado, Macau consiga simbolizar “todo um processo de intercâmbios e conflitos internacionais das duas últimas dinastias chinesas”, e, por outro, um “importante porto e ponte para as ligações entre a China e o Ocidente durante os últimos cinco séculos”.<sup>17</sup>

Foi neste dualismo, nesta natureza em que Macau se desdobra, simultaneamente virada para dentro, fechada, mas também aberta ao mundo, que a cidade foi ganhando lugar(es) na História, particularmente ao longo dos quase cinco séculos em que foi administrada por Portugal, ainda que, apesar da transição ocorrida em 1999 – o “retorno à Mãe-Pátria”, como as autoridades chinesas referem habitualmente –, se prolongue um lastro de dualidade legado pela história, desta feita consistindo, sobretudo, nas vicissitudes de um pequeno território à procura de uma identidade própria face à integração na imensa República Popular da China.

Esta circunstância ainda atual aparece sintetizada no princípio “Um país, dois sistemas”, com o qual o líder chinês Deng Xiaoping resolveu a inclusão das antigas colónias Hong Kong e Macau no seio da China, assim garantindo a preservação das formas de viver e organização da sociedade e da economia, capitalistas, no contexto de um país comunista.<sup>18</sup>

Mas muito antes da expressão “Um país, dois sistemas” se ter tornado comum, em Macau vigorava já, há séculos, uma outra igualmente devida à natureza dividida do território – “a

---

<sup>17</sup> (Wu, 2009)

<sup>18</sup> A história resumida em “Princípio de “Um país, dois sistemas” e retorno de Hong Kong e Macau”, artigo da Rádio Internacional da China (CRI, na sigla inglesa), consultado no dia 4 de outubro de 2015: <http://portuguese.cri.cn/801/2011/06/14/1s136635.htm>



fórmula de Macau” (“Macao formula”), que foi como, segundo Fok Kai Cheong, as autoridades chinesas, no final da dinastia Ming (1368-1644), solucionaram a questão da permanência dos portugueses e a autorização das atividades comerciais destes ao longo da costa chinesa. Citando Fok:

“Na ausência de uma firme política do governo central, os funcionários do governo da província de Cantão tiveram que traçar uma política, no final da dinastia Ming, que compromettesse dois fatores aparentemente incompatíveis, mas dominantes na diplomacia da dinastia Ming: uma atitude pró-comércio pragmática e as considerações práticas acerca da defesa da segurança nacional. Esta política Ming bem merece o título de Fórmula de Macau porque emanou das operações em Macau. Foi uma política de pragmatismo e tolerância para acomodar as necessidades das circunstâncias históricas para alcançar ganhos económicos compatíveis com a segurança nacional.”<sup>19</sup>

No estudo “Macau, o Pequeníssimo Dragão”, Boaventura de Sousa Santos e Conceição Gomes escrevem que “este pragmatismo marcou ao longo de diferentes períodos as posições, portuguesa e chinesa, na abordagem dos assuntos de Macau”.<sup>20</sup>

Na década de 1990, em plena contagem decrescente para a transferência de poderes, “a duplicidade estrutural do presente de Macau reside em que o reconhecimento formal da autonomia de Macau convive contraditoriamente com uma forte tutela que sobre o Território exercem a República Popular da China e o poder central da República Portuguesa, uma situação que as elites de Macau, tanto a elite portuguesa, como a chinesa, caracterizam com expressões do tipo: ‘O Território de Macau é autónomo mas tudo o que de importante nele acontece é decidido entre Lisboa e Beijing’.”<sup>21</sup>

“Mutatis, mutandis”, hoje ouve-se recorrentemente o mesmo tipo discurso, mas atualizado para descrever a presente administração política, como escreve Hao Zhidong:

“Se soberania significa a suprema autoridade de um estado para fazer regras que governem as pessoas num determinado território, considerando as suas próprias atividades

---

<sup>19</sup> (Fok, 2011) Tradução do autor.

<sup>20</sup> (Sousa Santos & Gomes, 1998)

<sup>21</sup> Ibidem.



políticas, económicas e sociais, e é o poder do estado manter relações internacionais com outros países do mundo, então a soberania de Macau quase sempre foi partilhada, entre a China e Portugal, primeiro, e entre Macau e o governo central chinês, mais tarde.”<sup>22</sup>

Ainda citando Boaventura de Sousa Santos e Conceição Gomes, “esta discrepância entre o quadro político-jurídico e as práticas sociopolíticas é de importância crucial para compreender os comportamentos e as representações sociais dos atores sociais, políticos, económicos e culturais de Macau e, de resto, o comportamento e as representações da população no seu conjunto. (...) Toda esta duplicidade que as elites políticas do território assumem e julgam controlar, constitui, de facto, a matriz do quotidiano das diferentes comunidades existentes em Macau e é responsável pelas estratégias pessoais e coletivas com que estas vão definindo a sua postura perante os desafios da transição”.<sup>23</sup>

Volvidos 16 anos após a data da transferência de Administração, é de crer que se mantém de “importância crucial” para compreender Macau a “discrepância entre o quadro político-jurídico e as práticas sociopolíticas” de que falavam Boaventura de Sousa Santos e Conceição Gomes.

Na história de Macau, onde o que parece nem sempre é, até voltar ao princípio é um movimento marcado pela incerteza e desconfiança. “Não se conhece com exatidão a data de fixação dos portugueses em Macau”. Todavia, há uma data “apontada como a mais provável”: 1557.<sup>24</sup>

“As divergências acentuam-se quanto às razões do estabelecimento dos portugueses”, acrescentam os autores de “Macau, o Pequeníssimo Dragão”, destacando que “a versão mais aceite pelos autores portugueses era a de que ‘os portugueses foram autorizados a estabelecer uma feitoria na península, em 1557, como recompensa dos seus serviços prestados na expulsão de uma quadrilha de piratas que tinha feito da localidade sua praça forte’”.<sup>25</sup>

---

<sup>22</sup> (Hao, 2011) Tradução do autor.

<sup>23</sup> (Sousa Santos & Gomes, 1998)

<sup>24</sup> Ibidem.

<sup>25</sup> Ibidem.



Mas, continuam os dois autores, “diferente é a posição das fontes chinesas em relação à origem do estabelecimento dos portugueses em Macau, defendendo a tese de ocupação”, versão que, de resto, está consagrada como oficial por parte da República Popular da China, que a expressou no preâmbulo da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau: “Macau, que abrange a península de Macau e as ilhas da Taipa e de Coloane, tem sido parte do território da China desde os tempos mais remotos. A partir de meados do século XVI, foi gradualmente ocupado por Portugal”.<sup>26</sup>

Como também notam Boaventura de Sousa Santos e Conceição Gomes, “a questão da soberania portuguesa atravessa toda a história de Macau desde o estabelecimento dos portugueses. Esta questão, apenas definida com a assinatura da Declaração Conjunta Luso-Chinesa, integrou duas outras questões largamente controversas: a determinação dos títulos da presença portuguesa em Macau e do seu reconhecimento, quer pela China quer por outros governos estrangeiros, e a questão, intimamente ligada à primeira, dos limites marítimos e terrestres de Macau. Marcadas por contradições e divergências significativas, estas questões condicionaram a conflitualidade latente, mais ou menos acentuada, que caracterizou as relações luso-chinesas, embora sem nunca abandonarem o pragmatismo político já referido com que ambos os Estados trataram a ‘questão de Macau’”.<sup>27</sup>

Macau viveu, portanto, sempre num dualismo que se traduziu de forma evidente na evolução social. Também assim, “as comunidades chinesa e portuguesa aqui residentes, embora tenham convivido lado a lado numa paz exemplar, nunca se conheceram uma à outra a um nível profundo”.<sup>28</sup>

Este desconhecimento de que fala Wu Zhiliang estende-se também aos próprios estudos sobre Macau, pois, como refere o historiador, especialista em “Macaulogia” (a disciplina dos estudos sobre Macau), “os estudiosos chineses e portugueses divergem bastante em relação à

---

<sup>26</sup> Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, Preâmbulo, p. 1.

<sup>27</sup> (Sousa Santos & Gomes, 1998)

<sup>28</sup> (Wu, 2009)



origem da abertura de Macau, à presença chinesa, ao desenvolvimento urbanístico, às mudanças sociais, à dominação colonial a partir de 1849”.<sup>29</sup>

Boaventura de Sousa Santos e Conceição Gomes dão conta da “tarefa complexa” em que consiste “a análise de quatro séculos do exercício da soberania portuguesa em Macau”, pois foram inúmeros os obstáculos com que se depararam os autores daquele que, até hoje, figura como o mais completo estudo sociológico alguma vez realizado sobre o território: “Deparámo-nos com posições, dispersas por vários documentos, nem sempre devidamente fundamentadas e sistematizadas sobre a data e a origem da fixação dos portugueses em Macau, a legitimidade da sua permanência, a coexistência de dualidades institucionais, políticas e jurídicas (...). A dificuldade de avaliação é agravada pela não existência de uma síntese sistematizada e atualizada da história de Macau”.<sup>30</sup>

Os dois investigadores chamam ainda a atenção para dificuldades que se prendem com questões metodológicas, numa referência ao trabalho de campo sociológico que, em certos aspetos, alude ao próprio trabalho jornalístico, e de cujo paralelismo se dá conta no capítulo 3.3, em que são analisadas as experiências de jornalistas de língua portuguesa em Macau.

A dificuldade encontrada pelos cientistas sociais portugueses que ainda ecoará no presente trabalho jornalístico lusófono “é, naturalmente, linguística, sempre que a comunicação não pode ser feita em nenhuma das línguas que os investigadores dominam.” “Nesse caso”, explicam Sousa Santos e Gomes, “o intérprete, se não for adequadamente treinado, será sempre ou mais que intérprete ou menos que intérprete, e em ambos os casos distorcerá, de modo não controlado, o fluxo da comunicação.”<sup>31</sup>

### **3.1.1 – O verdadeiro período chinês de Macau**

---

<sup>29</sup> Ibidem.

<sup>30</sup> (Sousa Santos & Gomes, 1998)

<sup>31</sup> Ibidem.



Ao fim de cerca de 450 anos de administração portuguesa, Macau retornou à República Popular da China em 20 de dezembro de 1999, assim iniciando-se o “verdadeiro período chinês de Macau”.<sup>32</sup>

A época que se conta a partir da transição fica marcada, sobretudo, pela liberalização do setor do jogo, em 2002, pondo fim ao monopólio do empresário Stanley Ho, que durou 40 anos desde 1962. Com tradição desde os meados do século XIX – foi legalizado em 1847 – o jogo em Macau desenvolveu-se em conjunto com o turismo, “tornando-se no pilar da economia local”.<sup>33</sup>

Com a liberalização, “Macau ultrapassou, pela primeira vez, em 2006, a mítica Las Vegas”<sup>34</sup>, o que se explica pelo facto de o território ser a única região chinesa onde o jogo é legal, levando a que os casinos do território recebam grandes quantidades de jogadores oriundos da China, a principal fonte de turistas.<sup>35</sup>

Uma vez mais, também no “verdadeiro período chinês de Macau”, e em plena liberalização do jogo, a natureza de Macau é repartida (chinesa, comunista, e, ao mesmo tempo, capitalista e com leis que permitem as apostas em casinos) segundo diferentes interesses.

Seguindo esta ordem de ideias, Tim Simpson considera que esta ambiguidade da soberania foi aproveitada ao longo dos séculos por diferentes agentes com distintos motivos:

---

<sup>32</sup> (Hao, 2011)

<sup>33</sup> “Indústria do Jogo”, Gabinete de Comunicação Social de Macau, Agosto de 2015. Página consultada em 30 de Setembro de 2015: [http://www.gcs.gov.mo/files/factsheet/Gaming\\_PT.pdf](http://www.gcs.gov.mo/files/factsheet/Gaming_PT.pdf)

<sup>34</sup> “Dez anos de liberalização do jogo”, artigo da Revista Macau de Novembro de 2012. Consultado no dia 30 de Setembro de 2015. <http://www.revistamacau.com/2012/11/27/10-anos-da-liberalizacao-do-jogo/>

<sup>35</sup> “Mais de 31,5 milhões de pessoas visitaram Macau em 2014, uma subida de 7,5 por cento que confirma a forte dependência do mercado chinês. Dados oficiais divulgados pelos Serviços de Turismo de Macau apontam para 28 milhões de visitantes oriundos da Grande China – China, Hong Kong e Taiwan – dos quais 21 milhões chegaram da China continental.” In “Macau recebeu 31,5 milhões de visitantes em 2014, mais 7,5 por cento”, notícia consultada no dia 30 de setembro de 2015, no seguinte endereço: <http://www.revistamacau.com/2015/01/21/macau-recebeu-315-milhoes-de-visitantes-em-2014-mais-75/>



“Por causa da sua definição informal, a identidade liminar de Macau provou ser útil a vários atores estatais e não-estatais. (...) Macau é há muito conhecida por tolerar vícios que eram proibidos em territórios circundantes; tais atividades comerciais questionáveis incluem contrabando, jogo, prostituição, produção de ópio, e o comércio de mão-de-obra não-qualificada (cules).”<sup>36</sup>

De acordo com Tim Simpson, “a opacidade do estatuto da soberania e a ambiguidade estratégica de Macau foram exploradas oportunisticamente pela China e por Portugal, desde o início do estabelecimento dos portugueses até aos dias de hoje”.<sup>37</sup>

A mesma ideia aparece defendida por Moisés Silva Fernandes, quando resume o enquadramento das relações luso-chinesas entre 1949 e 1966, um período que vai desde a implantação da República Popular da China até ao episódio conhecido como “1,2,3”, um motim popular levantado em plena Revolução Cultural por residentes chineses de Macau pró-comunistas que chegaram a invadir a sede do governo português do território pronunciando frases de Mao Zedong e canções revolucionárias.<sup>38</sup>

“Os interesses portugueses eram no sentido de manter o mítico império colonial, razão de ser ideológica do regime. A promulgação da Lei Orgânica do Ultramar, em 1952, e a implementação dos Planos de Fomento, em meados da década de 1950, e do Espaço Económico Português, em 1961, foram concebidos com a óbvia intenção política de integrar Macau e as restantes colónias no vasto império colonial. Como teremos oportunidade de ver, em breve, o regime português prosseguiu com estas políticas de integração, apesar das críticas feitas pela China.

Por outro lado, a China comunista tinha interesses bem específicos para manter o *status quo*, pois pretendia efetivamente *furar* através de Macau o embargo político-comercial ocidental, imposto na sequência da sua entrada na guerra da Coreia, em 1950, e manter o território sob

---

<sup>36</sup> (Simpson, 2013) Tradução do autor.

<sup>37</sup> Ibidem.

<sup>38</sup> História do “1,2,3” resumida por Adelino Gomes nas páginas do Público, em 1999. Artigo acedido no dia 8 de janeiro de 2016: <http://www.publico.pt/destaque/jornal/quando-macau-esteve-para-ser-invadido-pela-china-125822>





administração portuguesa como uma plataforma dos seus interesses políticos, económicos, financeiros e comerciais no exterior — nomeadamente na região e no resto do mundo.”<sup>39</sup>

A mesma leitura faz João de Pina Cabral dos últimos 150 anos da história de Macau até 1999. Fixemo-nos, contudo, nos últimos 50 anos, que coincidem com o final da Segunda Grande Guerra, o fim da guerra civil na China e a implantação do regime comunista, em 1949.

“Na década de 1950, o bloqueio à China realizado pelos poderes ocidentais (sob a alçada da NATO), confrontava este país, uma vez mais, com o seu velho problema isolacionista – que tinha estado na origem da própria fundação de Macau, quatro séculos antes. Mais ainda, o papel que pretendia desempenhar nas lutas de libertação que ocorriam então na Ásia e África (e o seu envolvimento na Guerra da Coreia, em particular), significava que a China necessitava de se rearmar. Hong Kong era importantíssimo em termos económicos e comerciais, mas o papel dominante que os interesses americanos aí jogavam significava que não poderia ser usada como porta informal para o mercado negro internacional. Assim, Macau tornou-se o ponto de entrada para enormes quantidades de produtos que eram indispensáveis para a sobrevivência do regime de Mao: petróleo, metais, automóveis, produtos químicos, etc. Estes eram comprados com ouro pelo representante da República Popular no Território, o Consórcio Nam Kwong, e chegavam até a não passar fisicamente pela cidade. (...)”

Um dos produtos mais importantes em jogo era o ouro. Tendo sido um país neutro durante a Segunda Guerra, Portugal não tinha sido signatário dos Acordos de Bretton Woods que proibiam a importação de ouro para fins privados. Assim, estando fora do Fundo Monetário Internacional, e contrariamente a Hong Kong, Macau podia funcionar como uma clearinghouse (bancada) para o ouro que a China tanto necessitava para a compra de produtos no mercado negro internacional.

Um simples exame das estatísticas oficiais do governo de Macau sugere imediatamente a grandiosidade do que estava em causa. Entre 1949 e 1973, um pouco menos de 943 toneladas de ouro entraram legalmente em Macau – pagando impostos de entrada, que, à época, constituíam o principal rendimento da administração. Há ampla evidência de que todo

---

<sup>39</sup> (Silva Fernandes, 1998)



Universidade do Minho

este dinheiro foi reexportado (claro, senão as ruas de Macau hoje seriam pavimentadas com ouro), mas não há qualquer declaração formal de exportação e não houve qualquer cobrança de direitos de exportação.”<sup>40</sup>

E hoje? Com a abertura do lucrativo setor do jogo (as receitas de 2012 foram equivalentes a 38 mil milhões de dólares americanos, ultrapassando largamente todas as receitas geradas pela indústria do jogo nos Estados Unidos da América)<sup>41</sup> ao investimento estrangeiro, Macau continua a desempenhar um papel de placa giratória, mas, desta feita, usada por alguns atores para a saída de capital da China.<sup>42</sup>

Em junho de 2014, os casinos de Macau registaram as primeiras quedas de receitas em cinco anos. Segundo notícia da altura, tal aconteceu depois de as autoridades terem identificado “transações ilegais no valor de 180 milhões de patacas feitas através de máquinas POS da ‘Union Pay China’ ou outras fornecidas por terceiros, o que fazia com que a operação fosse considerada doméstica e que a ‘Union Pay International’ não recebesse a percentagem a que tem direito por a transação ter sido efetuada fora do interior da China. O esquema – que ocorreu ‘não só nos casinos, mas também em restaurantes ou estabelecimentos localizados nas ruas adjacentes’ aos espaços de jogo – permitia ultrapassar o limite de 20.000 yuan por dia que os visitantes da China continental podem transportar para a RAEM, uma quantia considerada pequena para as apostas que se fazem nos casinos locais.”<sup>43</sup>

Que impacto teve esta conjuntura de confusão de sistemas e conflitos de interesses no tecido social? Sendo casuisticamente difícil demonstrar as consequências práticas na população e suas vivências, há algumas pistas que podem ser consideradas.

---

<sup>40</sup> (Pina Cabral, 2003)

<sup>41</sup> (Simpson, 2013)

<sup>42</sup> Artigo da publicação The Economist, “Flow dynamics”, acedido no dia 3 de outubro de 2015, em: <http://www.economist.com/news/finance-and-economics/21665042-lots-money-escaping-chinas-porous-capital-controls-flow-dynamics>

<sup>43</sup> Notícia do Ponto Final, 2 de julho de 2014, acedida no dia 3 de outubro de 2015 em: <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2014/07/02/union-pay-e-apostas-no-mundial-reduzem-receitas-do-jogo/>



Segundo refere Hao Zhidong, no livro “Macau History and Society”, em 2005, um inquérito revelou que 60 por cento dos residentes do território não se interessavam por política<sup>44</sup>. Em 2009, uma pesquisa realizada junto de alunos do ensino secundário mostrou que 92,6 por cento raramente ou nunca discutiam questões relacionadas com política ou o governo com os amigos ou a família. <sup>45</sup>

Recuando no tempo, em 1991, um estudo revelara que apenas 9,6 por cento da população de Macau sabia que um governo democrático era “um governo estruturado nos princípios de responsabilização e fiscalização (‘checks and balances’) entre os poderes executivo, legislativo e judicial”. Hao Zhidong conclui que “pouco progresso foi conseguido em quase 20 anos, pelo menos no que diz respeito aos estudantes do ensino secundário”. <sup>46</sup>

Hao Zhidong observa que existe “um desinteresse e uma ignorância generalizados entre a população que torna possível às elites manipulá-la como bem entende”. Por isso, “não se pode estar otimista se entre 60 por cento a 90 por cento da população não está interessada em política, e apenas 33,8 por cento se diz minimamente interessada. Por outras palavras, é difícil melhorar a política se cerca de 90 por cento da população é, basicamente, apática em relação à política”. <sup>47</sup>

Por um lado, há uma sociedade maioritariamente chinesa que ainda revela o que Hao Zhidong classifica de “indiferença em relação à política” por causa daquilo que o autor Lin Yutang (“The Chinese”, traduzido por Hao Zhidong e Shen Yihong, Xangai, 2001) dizia ser a “natureza opressiva do sistema político chinês que se desenvolveu ao longo de milhares de anos”. Ainda que “não se possa dizer que o atual sistema político seja mais opressivo do que no passado, talvez os fatores estruturais tenham tido um tal impacto na psique cultural da nação que mais abertura estrutural é necessária para haver uma libertação psicológica”. <sup>48</sup>

---

<sup>44</sup> Center for Macau Development Strategies (2006). A research report on the quality of residents in Macau SAR (p.65)

<sup>45</sup> Artigo de opinião Li Jiazeng publicado no jornal Ou Mun de 19 de agosto de 2009

<sup>46</sup> (Hao, 2011)

<sup>47</sup> Ibidem.

<sup>48</sup> Ibidem.



A este estado de coisas podemos acrescentar o facto de existirem em Macau elites (políticas e económicas, empresariais – invariavelmente confundidas na mesma pessoa), no Governo e nos diversos setores de atividade, que não foram eleitas.

Conforme escreve João de Pina Cabral, não só não existe, consolidada, uma cultura democrática de transparência, como a cultura dominante radica no confucionismo e nos valores de harmonia, bem como em privilegiar o grupo e as relações de interdependência entre as pessoas:

“Quem não estiver familiarizado com a China poderá não tomar em conta como um dos aspetos centrais deste ideal de fraternidade que é tão central à herança confuciana, a saber o facto dele coexistir com um profundo sentimento de co-dependência hierárquica. Na verdade, o conceito de 'submissão fraterna' funciona como uma das principais metáforas estruturantes da quotidianidade moderna chinesa, desempenhando um papel central na atribuição de significado às relações interpessoais de sujeição e suporte mútuo que constituem o próprio cerne das associações de jovens – tanto no empresariado como nos bandos juvenis. O laço genético entre sentimentos familiares e vassalagem política, que era tão vivamente enfatizado pela velha tradição neo-confuciana, continua vivo”.<sup>49</sup>

Já depois de Pina Cabral, em 2007, Susana dos Santos Cabrita confirmou “in loco” a longa vida da “velha tradição”:

“Não há em Macau uma cultura cívica de participação, o que é perceptível na dificuldade em conseguir a colaboração das pessoas no inquérito que realizámos, mas também na forma como são olhados os indivíduos ou associações que, com maior frequência, fazem ouvir as suas vozes de descontentamento, logo acusados de ‘pôr em causa a harmonia’. Macau é, afinal, um dos locais onde a participação da população é encorajada apenas como ‘ato ritual’ – o Estado administra de forma centralizadora e fechada, de costas voltadas para aqueles que na comunidade política não fazem parte do quadro de ‘eleitos’, e que vê como uma ameaça. Há

---

<sup>49</sup> (Pina Cabral, 2003)



inclusivamente alguma insensibilidade e falta de transparência ao lidar com situações que implicam o bem-estar dos cidadãos e o funcionamento das instituições do Estado.”<sup>50</sup>

### **3.2 – Jornalismo de língua portuguesa em Macau – dos primórdios ao presente**

O aparecimento da imprensa periódica em Macau não é alheio ao estatuto ambíguo do território e à “soberania partilhada”, uma característica que, segundo Boaventura de Sousa Santos e Conceição Gomes “dominou, desde sempre e sob diferentes formas, a colonização portuguesa de Macau”, sendo que “nela reside a principal especificidade” do território.<sup>51</sup>

Na obra “A Opinião Pública em Macau – A Imprensa Macaense na Terceira e Quarta Décadas do Século XIX”, em que é abordado o início do periodismo em Macau, José Augusto dos Santos Alves escreve que “(...) o estudo que aqui se apresenta deve ser compreendido no contexto de um território ultramarino que, não sendo autónomo em relação à metrópole europeia, se comporta, face à distância, como ‘entregue a si mesmo’ e, desde logo, com uma grande independência ao nível da capacidade decisória por parte daqueles que exercem o poder”.<sup>52</sup>

Ainda de acordo com Santos Alves, importa realçar, neste quadro, “a autêntica dependência da comunidade macaense face à China, ao ponto de o mandarinato cantonense chegar a dirimir a luta entre fações no interior de Macau (...). De tal modo a China tutela o território que, no período aqui em estudo, não se pode sequer falar de soberania partilhada. Na verdade, se existe a soberania formal de Portugal sobre Macau, esse poder não tem correspondência real, é uma forma sem conteúdo.”<sup>53</sup>

Na primeira metade do século XIX, Santos Alves viu “o aparecimento do fenómeno do periodismo em Macau como um acontecimento perfeitamente natural no seio da comunidade

---

<sup>50</sup> (Mateus, 2007)

<sup>51</sup> (Sousa Santos & Gomes, 1998)

<sup>52</sup> (Santos Alves, 2000)

<sup>53</sup> Ibidem.



macaense e dos eventos que aí têm lugar, dos quais não podemos desligar o momento crucial de 24 de agosto e os ecos que a revolução vintista vai encontrar em Macau”.<sup>54</sup>

O período a que o estudo de Santos Alves se reporta é descrito como o “alvor do liberalismo oitocentista”, um tempo conturbado (por reflexos, também, do que acontecia em Lisboa) e marcado por “ações arbitrárias, o ‘desrespeito’ pelas decisões do poder central, os ‘vazios’ legislativos, que são espelho da distância que separa Lisboa de Macau (...). As decisões do poder central são, muitas vezes, conhecidas do público não através do poder macaense, como seria natural, mas pelas informações que chegam de Bombaim ou por outras vias, menos oficiais. O 24 de agosto de 1820 é, neste sentido, o mais gritante dos exemplos”.<sup>55</sup>

Ainda de acordo com Santos Alves, importa realçar, neste quadro, “a autêntica dependência da comunidade macaense face à China, ao ponto de o mandarinato cantonense chegar a dirimir a luta entre fações no interior de Macau (...). De tal modo a China tutela o território que, no período aqui em estudo, não se pode sequer falar de soberania partilhada. Na verdade, se existe a soberania formal de Portugal sobre Macau, esse poder não tem correspondência real, é uma forma sem conteúdo.”<sup>56</sup>

Na primeira metade do século XIX, Santos Alves viu “o aparecimento do fenómeno do periodismo em Macau como um acontecimento perfeitamente natural no seio da comunidade macaense e dos eventos que aí têm lugar, dos quais não podemos desligar o momento crucial de 24 de agosto e os ecos que a revolução vintista vai encontrar em Macau”.<sup>57</sup>

Mas, nota Santos Alves, “(...) é com cerca de dois anos de atraso que o regime liberal dá sinais de vida em Macau”. Ou seja, “a ‘revolução’ só aparece à luz do dia na comunicação impressa após a emergência de ‘A Abelha da China’ que é uma das suas consequências e, ao mesmo tempo, um vetor da sua afirmação. Neste sentido, deve afirmar-se que o primeiro periódico macaense é ao mesmo tempo uma memória recorrente, imaginária e prospetiva. Fecunda o presente por via do seu flashback revolucionário e tenta diagnosticar o futuro

---

<sup>54</sup> Ibidem.

<sup>55</sup> Ibidem.

<sup>56</sup> Ibidem.

<sup>57</sup> Ibidem.



De facto, foi dois anos depois da Revolução Liberal Portuguesa de 1820 (e por causa dela) que, a 12 de setembro de 1822, foi publicado o primeiro número de A Abelha da China, o primeiro jornal de língua estrangeira publicado em solo chinês.<sup>59</sup>

A edição de estreia do jornal A Abelha da China ocorria cerca de um mês depois de, em meados de agosto, ter-se dado “o apear do poder macaense imbricado com o Antigo Regime e a ‘ascensão’ do poder liberal”.<sup>60</sup>

Daí se poder ler no frontispício do primeiro número de A Abelha da China:

“Havendo-nos o Leal Senado incumbido a redação do presente periódico, julgamos ser uma das principais obrigações de um redator, o expor com verdade e com franqueza os motivos, que aceleraram a gloriosa façanha sucedida no dia 19 do mês passado, dia memorável, em que os Macaenses arvoraram o Pavilhão da Liberdade, e derrocaram o horrendo colosso do Despotismo, que tantos anos haviam suportado”.<sup>61</sup>

Apesar da profusão de títulos ao longo das décadas, a imprensa, por si, gerou pouco interesse por parte dos investigadores, e tem servido mais como suporte – “mais como fonte do que como objeto”.<sup>62</sup>

Um dos poucos artigos sobre a imprensa de Macau no século XXI, “Imprensa Portuguesa de Macau: Enquadramento na realidade jurídica e social da Região Administrativa Especial de Macau (Macau, Serviços de Administração e Função Pública, 2008)”, é da autoria de José Miguel Encarnação, ele próprio jornalista do título mais antigo que ainda é publicado no território, o semanário de inspiração católica “O Clarim”.

---

<sup>58</sup> Ibidem.

<sup>59</sup> Página gerida pelo Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, acedida no dia 30 de setembro de 2015:  
<http://www.macaupatrimony.net/pt/HeritageInfo/HeritageContent.aspx?t=M&hid=67>

<sup>60</sup> (Santos Alves, 2000)

<sup>61</sup> A Abelha da China, n.º 1, 12 de Setembro de 1822, p. 1.

<sup>62</sup> (Sá Machado, 2013)



Há uma notória escassez de dados sobre o panorama dos órgãos de comunicação social em Macau. As atualizações sobre a matéria têm cabido ao Gabinete de Comunicação Social do Governo de Macau, nos anuários que tem vindo a publicar.

Em “Macau 2014 – Livro do Ano” encontramos a seguinte descrição:

“Macau é um território onde existe liberdade de imprensa, expressão e edição. E, embora a Região Administrativa Especial de Macau tenha uma extensão geográfica pequena, a sua comunicação social é bastante desenvolvida. (...) Em Macau, há legislação específica que garante que os profissionais dos órgãos de comunicação social têm o direito de informar, de se informar e de ser informados, e gozam de autonomia no exercício das suas funções.”<sup>63</sup>

Como se lê na publicação governamental, “Macau dispõe de uma estação de televisão e duas de rádio “, bem como “uma empresa que distribui serviços de televisão por cabo, e quatro outras, que tendo como base Macau, fornecem serviços de radiodifusão televisiva por satélite.”<sup>64</sup>

Sendo que “a imprensa escrita portuguesa em Macau tem uma história mais longa do que a chinesa”, esta, “após a Revolução de 1911, (...) registou um grande desenvolvimento com o aparecimento de novos jornais (...). Atualmente editam-se em Macau 11 jornais em chinês, com uma tiragem total de mais de 100 mil exemplares (...).”<sup>65</sup>

“Hoje, podemos ler em Macau três jornais diários em português: o Ponto Final, o Jornal Tribuna de Macau e o Hoje Macau. O único semanário que se publica, presentemente, em língua portuguesa é O Clarim - Semanário Católico de Macau. Em Macau publicam-se, também, três diários em língua inglesa - The Macau Post Daily, o Macau Daily Times e o Macau Business Daily. Dezenas de jornais e revistas publicadas em Macau, Hong Kong, e no Interior do País, estão diariamente nas bancas em Macau, onde se pode, também, ouvir e ver programas de rádio e de televisão, emitidos por estações de Hong Kong e do Interior do País.”<sup>66</sup>

---

<sup>63</sup> (Gabinete de Comunicação Social do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, 2014)

<sup>64</sup> Ibidem.

<sup>65</sup> Ibidem.

<sup>66</sup> Ibidem.

De referir que os três jornais de língua portuguesa referidos como diários se publicam, na





Os órgãos de comunicação social de Macau dependem dos apoios financeiros prestados pelo Governo, quer através de subsídios diretos, quer através da publicidade institucional e anúncios jurídicos, já que o mercado publicitário é limitado. Esta situação verifica-se, sobretudo, no caso dos media de língua portuguesa.

Como escreve José Miguel Encarnação, “a atividade dos órgãos de comunicação social de língua portuguesa está fortemente dependente dos apoios do Governo, por razões que se prendem, essencialmente, com elevados custos de produção, mercado publicitário de reduzida dimensão e quebra do número de leitores, desde a transferência de poderes, em dezembro de 1999.”<sup>67</sup>

No ano de 2013, através do Gabinete de Comunicação Social, no âmbito do Projeto de Apoio às Publicações Periódicas, “um total de 20 entidades responsáveis por publicações periódicas receberam um apoio de 11 milhões patacas”, sem contar com a contribuição do Governo para o desenvolvimento da atividade da Teledifusão de Macau, a empresa que assegura o serviço público de radiodifusão e teledifusão, nas duas línguas oficiais da Região Administrativa Especial de Macau, o chinês e o português.<sup>68</sup>

### **3.3 – Desafios e dificuldades do jornalismo de língua portuguesa em Macau**

#### **3.1.1 – A minha experiência**

Olhando para o caso dos três jornais diários de Macau em língua portuguesa (assume-se normalmente a designação “diários”, embora se publiquem apenas de segunda a sexta-feira) – Ponto Final, Hoje Macau e Jornal Tribuna de Macau –, o facto de funcionarem com redações de pequena dimensão torna-os particularmente suscetíveis a variações decorrentes da

---

verdade, entre segunda e sexta-feira; há, entretanto, mais um título em português a acrescentar à lista dos semanários: “Plataforma”, uma publicação bilingue, em português e chinês.

<sup>67</sup> (Encarnação, 2008)

<sup>68</sup> Notícia do Gabinete de Comunicação Social do Governo de Macau, consultada no dia 30 de Setembro de 2015: <http://www.gcs.gov.mo/showNews.php?DataUcn=77493&PageLang=P>



disponibilidade pessoal de cada jornalista. Por outras palavras, pequenas coisas fazem grandes diferenças.

Durante a maior parte da primeira década de 2000, o figurino dos três jornais diários de Macau em língua portuguesa – Ponto Final, Hoje Macau e Jornal Tribuna de Macau – consistiu em redações compostas por quatro ou cinco jornalistas, incluindo um diretor.<sup>69</sup>

Neste contexto, existe uma forte dependência da agenda e da comunicação oficiais produzidas pelos diversos departamentos do governo e da administração, centralizadas na divulgação feita pelo Gabinete de Comunicação Social, restando poucos recursos e disponibilidade para trabalhos de análise e de investigação. Não sendo, de todo, impossíveis de serem levadas a cabo, essas peças jornalísticas que exijam maior fôlego ficam, contudo, relegadas para um segundo plano, dominadas pelo quotidiano da atualidade local.

No caso da comunicação oficial (e oficiosa) governamental, trata-se, na maioria, de documentos que nem sequer correspondem à concepção de um “press release” no sentido tradicional, constituindo antes textos de pura propaganda elaborados por pessoas que não aparentam ter experiência ou conhecimentos na área da comunicação, com a agravante de chegarem às redações de língua portuguesa em versões traduzidas da língua chinesa, sacrificando-se, quase sempre, as regras da língua e a fluidez do entendimento pela suposta literalidade do texto original.

Outra dependência/condicionante, a dos tradutores, diz respeito à barreira linguística e cultural, pois Macau, apesar de apresentada como uma plataforma entre a China e a lusofonia<sup>70</sup>,

---

<sup>69</sup> Só perto do final da década, quando o Jornal Tribuna de Macau celebrou um protocolo com o Instituto de Estudos Jornalísticos da Faculdade de Letras de Coimbra, que permite aos alunos daquela universidade estagiar na redação do jornal em Macau, foi introduzida uma nova dinâmica no mercado de trabalho jornalístico local, caracterizada por mais oferta e mais procura. Ou seja, passou a haver uma maior disponibilidade por parte de candidatos – Macau passara a fazer parte, de um modo mais sistemático, das opções de recém-licenciados portugueses; por parte dos órgãos de comunicação houve maior abertura em admitir novos trabalhadores, num fenómeno que se pode designar como “de imitação”: uma redação passou a ter mais trabalhadores e isso foi entendido como um sinal e um imperativo pelos restantes órgãos.

<sup>70</sup> Um dos muitos exemplos que se pode encontrar sobre o papel de Macau: notícia da agência noticiosa oficial chinesa Xinhua, reproduzida na página electrónica da embaixada do Brasil em



continua a ser um território onde as comunidades chinesa e portuguesa coabitam à margem uma da outra.<sup>71</sup>

Olhando para os resultados dos Censos de 2011, “em Macau havia 449.274 pessoas a falar cantonense como língua corrente, representando 83,3% da população com idade igual ou superior a 3 anos, (...), enquanto que as pessoas que falavam mandarim (5 por cento) e inglês (2,3 por cento) como língua corrente aumentaram respetivamente 3,4 e 1,6 pontos percentuais, relativamente a 2001. (...) Quanto ao domínio de outras línguas, 41,4 por cento falavam mandarim, representando mais 14,7 pontos percentuais em comparação com 2001, enquanto 21,1 por cento falavam inglês e 2,4 por cento português.”<sup>72</sup>

Neste quadro, a comunicação com as fontes (governamentais e não só) acontece, na maioria dos casos, quando existe a possibilidade de ser intermediada por pessoas com conhecimentos de chinês e português (ou inglês).

De um modo geral, o governo de Macau disponibiliza, em cada departamento e organismo, tradutores que cumprem essa função de intermediários entre as fontes e os jornalistas, mas quando os jornalistas de língua portuguesa pretendem contactar outras fontes (académicos, empresários, populares, etc.), ou são acompanhados por tradutores que integrem

---

Pequim. Página consultada no dia 2 de Outubro de 2015:

<http://br.chineseembassy.org/por/szxw/t1221076.htm>

<sup>71</sup> Inês da Costa Pessoa, em “Relacionamento inter-étnico em Macau: Encontros desencontrados de Culturas”, trabalho desenvolvido no âmbito da dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação realizado no ISCTE, escreve: “Constou-nos que um dos aspectos mais salientados para justificar a fraca convivialidade entre elementos das comunidades lusófona e sinófono é a barreira linguística: uma enorme fracção dos portugueses residentes em Macau não consegue mais do que emitir algumas frases em cantonense e como são muito poucos os chineses falantes de português, o diálogo inter-étnico não ultrapassa, habitualmente, o nível básico de entendimento e a promoção de contactos intercomunitários vê-se extremamente desincentivada. Esta é uma das argumentações comumente utilizadas pelos jovens (e menos jovens) portugueses interpelados na explicação da propensa insularização portuguesa e chinesa no território e na justificação dos múltiplos e recorrentes desentendimentos, latentes ou manifestos, físicos e sobretudo psicológicos verificados entre portugueses, chineses e macaenses.”

<sup>72</sup> Documento acedido no dia 2 de Outubro de 2015, na página:

<http://www.dsec.gov.mo/Statistic.aspx?NodeGuid=8d4d5779-c0d3-42f0-ae71-8b747bdc8d88#P17824>



as próprias redações dos órgãos de comunicação, ou esperam que os entrevistados comuniquem em português ou inglês (o que, sendo cada vez mais frequente, continua pouco comum).

Um dos grandes problemas vivido por todos os órgãos de comunicação social de língua portuguesa tem que ver com a dificuldade de encontrar bons tradutores disponíveis para integrar as respetivas redações. A exigência é elevada: pede-se não apenas um conhecimento profundo do chinês e do inglês e/ou português, como também é valorizado algum conhecimento de jornalismo e não apenas as competências relativas ao trabalho de tradução.

Todavia, apesar do grau de exigência, os órgãos de comunicação de língua portuguesa não oferecem salários considerados atrativos, sobretudo se comparados com os praticados pelo governo, que acaba por levar a melhor na competição do mercado laboral.

Além destes constrangimentos linguísticos com os quais se lida a toda a hora, existe ainda um acrescido difícil acesso a fontes oficiais. As principais figuras do governo raramente estão disponíveis para entrevistas exclusivas e apenas se deixam ser confrontadas em ocasiões públicas onde fazem aparições. Por outro lado, os questionários ou pedidos de esclarecimento enviados por correio eletrónico são tratados com excessiva burocracia e as respostas nunca surgem de forma imediata – muitas vezes, nem sequer em tempo útil de servirem para publicação na próxima edição.

Outro problema de acesso a fontes verifica-se no tratamento noticioso daquele que é o principal setor da atividade económica de Macau, a indústria do jogo. Sem exceção, as seis empresas operadoras de casinos funcionam com pouca abertura e transparência e raramente os seus executivos se mostram disponíveis para falar aos media, preferindo a comunicação interessada e controlada dos comunicados de imprensa e dos assessores.

A escassez de recursos humanos sentida pelos órgãos de comunicação social de língua portuguesa faz com que cada jornalista tenha que cobrir todo o tipo de acontecimentos, o que, sobretudo nos primeiros tempos de adaptação ao território, serve de importante escola. Mas a falta de meios também significa a sobrecarga de trabalho e um ritmo desgastante.



De um modo geral, na Rádio Macau foram encontradas as mesmas condicionantes sentidas no Ponto Final, e que, afinal, são transversais aos órgãos de comunicação social de língua portuguesa. A diferença radicar-se-á no formato.

Na rádio, a maior barreira – a linguística – torna-se audível e, assim, intransponível. Se num jornal é normal os textos aparecerem escritos todos na mesma língua, mesmo tratando-se de declarações feitas em línguas diferentes, na rádio já não é esse o caso.

Raramente se podem usar as vozes dos governantes (porque falam, quase todos, quase sempre em chinês), de políticos, de executivos de empresas ou de populares sem que sejam dobradas. Mas acontece que, na maioria das vezes, as citações que são captadas pelos microfones pertencem aos tradutores-intérpretes (dando-se o caso de haver mulheres a falar por homens e vice-versa), pelo que são as vozes de cidadãos anónimos que se tornam audíveis e eventualmente reconhecíveis pela audiência.

Para quem faz rádio, não poder contar com os sons reais, vivos, diretos, mas sim com sons dobrados, é mais do que uma vicissitude num meio em que o som é rei e está ligado também a qualidades que contêm valiosa informação (tom, registo, profundidade, sentimento, etc.), sem esquecer o imediatismo e a proximidade que deviam ser privilegiados.

Assim, além de todas as questões levantadas pelo recurso e absoluta dependência das traduções, o problema, na rádio, é também estético. Num meio dominado inteiramente pelo som, pode-se dizer que, em termos de riqueza, não há outro igual à voz humana.

De certo modo, porque se lida diretamente com a viva voz – seja da língua portuguesa, seja da língua chinesa –, na Rádio Macau sente-se de forma mais notória (audível) os desafios de fazer jornalismo para uma minoria linguística.

Nesse sentido, no caso concreto da rádio pode-se considerar que um primeiro desafio consiste em saber quem ouve.

Segundo os Censos de 2011, 92 por cento da população total de Macau é de nacionalidade chinesa e apenas 0,9 por cento tem nacionalidade portuguesa.



No entanto, os potenciais ouvintes não se limitam aos portugueses, mas sim àqueles que falam (ou percebem) português. Dessa forma, surge outro desafio: saber quantos ouvem.

Os dados oficiais indicam que apenas 2,4 por cento da população de Macau fala português. Mas apesar das estatísticas pormenorizadas e constantemente atualizadas, Macau é um lugar de permanentes fluxos migratórios e com uma elevada taxa de população flutuante.

Em traços gerais, entre os potenciais falantes da língua portuguesa estão os portugueses, os macaenses (mistura entre portugueses e chineses), os estudantes de português e as diferentes comunidades de países lusófonos.

Segundo o Observatório da Emigração, em 2011 (última data de atualização), havia em Macau 5.020 residentes naturais e nacionais de Portugal.<sup>73</sup>

É difícil, senão mesmo impossível, saber com exatidão quantos são os consumidores dos media de língua portuguesa, pois não existe qualquer estudo/barómetro que indique qual o número de leitores (no caso dos jornais), nem de ouvintes ou telespetadores (no caso da rádio e da televisão). No caso da imprensa, deve-se acrescentar que também não são conhecidos dados sobre a circulação das publicações.

Uma vez que não se sabe quem ou quantos ouvem/veem/leem, torna-se difícil saber o que o eventual público quer/espera da comunicação social de língua portuguesa, já que também a interação entre a audiência e os órgãos é muito reduzida (quer através de correio eletrónico, quer nas plataformas de redes sociais). De um modo geral, o público é passivo e anónimo.

Mas além da barreira da língua, esbarra-se, em Macau, ainda nos diferentes entendimentos do papel que os media devem desempenhar.

De certo modo, o jornalismo de língua portuguesa em Macau incorpora valores, tradições e modos de ver que revelam algumas particularidades face ao predominante jornalismo de língua chinesa, o que pode ser observado nos destaques chamados às primeiras páginas dos jornais.

---

<sup>73</sup> Observatório da Emigração, acedido no dia 2 de Outubro de 2015:  
<http://www.observatorioemigracao.pt/np4/paises.html?id=147>



Conforme concluiu Li Xiaoqin, na análise de notícias publicadas ao longo de um ano pelo jornal de Macau em língua chinesa com maior circulação, Ou Mun Iat Pou (O Diário de Macau), “os resultados mostram que os media em Macau atuam sobretudo como porta-voz do governo, mais do que um vigilante”.<sup>74</sup>

Não se pode afirmar taxativamente que seja este o entendimento da generalidade da população ou sequer do grosso dos jornalistas de língua chinesa, mas é um ponto de vista fomentado por um ambiente político que se presta a pouco escrutínio (o poder executivo, de acordo com a lei, sobrepõe-se a todos os outros)<sup>75</sup>, e por quem tem poder decisório nos órgãos de comunicação, nomeadamente as chefias dos jornalistas, bem como os proprietários que recebem subsídios do governo.

A postura de “porta-voz” descrita por Li Xiaoqin aparece como contrastante àquela que vê o jornalismo como um poder (“contrapoder” ou “quarto poder”), uma atividade de “watchdog” em que, na prática, o jornalista surge como um adversário, um “cão de guarda” contra os atropelos às liberdades, os abusos de poder e as injustiças.

Esta é uma cultura profissional de vigilância crítica que pode chocar com alguns dos valores dominantes nas sociedades chinesas, nomeadamente os que derivam do confucionismo, e com o facto de, como acontece na República Popular da China, não haver uma tradição de democracia ou de liberdade de imprensa. Não sendo estranha aos jornalistas chineses, “a noção

---

<sup>74</sup> (Li, 2012)

<sup>75</sup> Excerto do discurso de Zhang Xiaoming, vice-coordenador do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado da República Popular da China, proferido no “Programa de Estudos sobre a Lei Básica da RAEM – Nível Avançado”, a 20 de julho de 2011, acedido no dia 24 de janeiro de 2016 no endereço: [http://portal.gov.mo/portal-frontend/loadfile?id=/general/20110721\\_160116\\_364/0](http://portal.gov.mo/portal-frontend/loadfile?id=/general/20110721_160116_364/0): “(...) segundo o desenho e os termos da Lei Básica, na RAEM, está implementado um sistema político com predominância do poder executivo, o que normalmente significa que quem lidera é o poder executivo, havendo controlo mútuo mas também articulação entre o poder executivo e o legislativo, enquanto o poder judicial é independente. Este sistema caracteriza-se por ser o poder executivo, no caso do sistema da RAEM, a ter uma posição primordial, tendo o Chefe do Executivo um estatuto relativamente mais alto e poderes mais amplos, sendo o Chefe do Executivo o núcleo na organização e funcionamento dos órgãos dotados de poder político da RAEM. O sistema da RAEM é muito diferente do sistema de “separação de poderes” tanto a nível do seu atributo como de seu conteúdo.”



da imprensa como ‘cão de guarda’ do poder é incorporada na própria autodefinição dos jornalistas, em diferentes graus, e também na expectativa do público em relação aos media”.

Ou seja, mais do que encorajada por um sistema no qual as liberdades dos jornalistas não estão garantidas e pouca proteção existe para estes profissionais, a vigilância dos jornalistas, no caso da China, “é movida (...) pelo mercado, pela liberalização”.<sup>76</sup>

### **3.1.1 – Testemunhos de outros jornalistas**

Na tentativa de aprofundar a questão dos desafios e dificuldades do jornalismo de língua portuguesa em Macau foram entrevistados seis jornalistas, seleccionados por forma a que os diferentes tempos de experiência cobrissem a quase totalidade do período após a transferência de Administração e a criação da Região Administrativa Especial de Macau, em 1999.

Os seis entrevistados dividem-se entre três que continuam ativamente ligados ao exercício da profissão, enquanto os restantes se encontram afastados das lides jornalísticas.

Confrontados com as mesmas questões, enviadas e respondidas por correio electrónico no período de uma semana, no mês de janeiro de 2016, revelaram respostas semelhantes, identificando, frequentemente, os mesmos problemas, tendo a dificuldade no acesso às fontes demonstrado ser o denominador mais comum às diferentes experiências.

Segundo Isabel Castro, da Rádio Macau, com uma experiência de 14 anos no território, “a questão das fontes é a maior dificuldade do trabalho de um jornalista em Macau”, referindo-se ao contacto direto com as pessoas.

Na mesma linha, Sónia Nunes, jornalista desde 2007 e atualmente freelancer, salienta a dificuldade no acesso à informação: “É cada vez mais difícil conseguir informação além daquela que o Governo e os poderes instalados estão dispostos a fornecer, e que é insuficiente para a prática de um jornalismo responsável e vigilante. (...) As fontes escasseiam e há cada vez mais agentes da sociedade civil que se escusam a exercer o direito à liberdade de expressão por estarem economicamente dependentes do Governo.”

---

<sup>76</sup> (Coronel, 2008)





Maria João Caetano, que deixou Macau em 2015, ao fim de uma década como jornalista, sendo atualmente estudante em Londres, reforça que há “falta de dados públicos, e atualizados”, bem como “informação substantiva na maior parte da comunicação pública”. Em síntese, “não abundam fontes identificadas ou anónimas. Há um pequeno número, exausto, de fontes.”

Vários fatores, também identificados como problemas, contribuem para este cenário, a começar pela barreira linguística, assunto que mereceu um pergunta específica sobre as formas como exerce condicionamento.

As características do sistema político vigente em Macau e as características dos ouvintes/leitores foram outro ponto essencial focado nas respostas.

Conforme lembra Isabel Castro, “em Macau, os principais governantes e parte substancial dos deputados não estão sujeitos ao escrutínio da generalidade da população; dado o sistema eleitoral, é fraca a ideia de que a comunicação social pode funcionar como quarto poder – ou, pelo menos, como uma forma de responsabilização e de equilíbrio dos restantes poderes.”

Sónia Nunes corrobora a tese, acrescentando um comentário: “Todos os dias reforço a ideia de que a comunicação social é aqui vista como uma extensão da máquina de propaganda do Governo – a agenda oficial domina a agenda dos media – e que há cada vez mais obstáculos a quem tenta furar esta tendência.”

João Costeira Varela, afastado do jornalismo desde 2008, depois de sete anos a exercer em Macau, aponta para “a falta de sentido de responsabilidade política dos atores políticos, a sua pouca abertura à participação num escrutínio importante numa sociedade livre.”

O antigo diretor do Hoje Macau lamenta também o que considera “extrema falta de preparação (técnica e teórica) e de cultura da esmagadora maioria dos jornalistas e responsáveis editoriais dos órgãos de comunicação de Macau”, que contribui para que os profissionais sejam enfiados por igual num mesmo saco “tratado com condescendência, complacência e a partir de uma (falsa) posição superior numa hierarquia social onde os media voluntariamente se



colocavam numa posição subalterna (vertical) de servidão em vez de numa posição paralela (horizontal) de fiscalização.”

Neste capítulo dos desafios e dificuldades é ainda mencionada a questão da “cultura e mentalidade”, como designa Joana Freitas, jornalista do Hoje Macau, ilustrando com um exemplo: “O facto de perguntas feitas por um único jornalista em privado (por email para um assessor, imaginemos) serem respondidas publicamente e para todos os jornais.”

A questão da “mentalidade” diz respeito não só a atores políticos e assessores de imprensa, mas também ao próprio público ao qual se dirigem os media. Como observa Sónia Nunes, “a maioria da população, incluindo a estrangeira, parece prescindir desse direito [de acesso à informação] e os temas que são tratados pela imprensa, regra geral, não incomodam.”

Maria João Caetano concorda, acrescentando que “não há um público exigente e audivelmente crítico para legitimar e dar relevância às reivindicações dos jornalistas junto dos poderes públicos.” Neste sentido, continua, “o elo de serviço público, aquele que evidencia quem o jornalismo serve, é esbatido.”

Ou seja, “os jornalistas podem exigir mais informação e esclarecimentos, mas facilmente as suas perguntas são entendidas por quem tem a obrigação de lhes dar resposta como fruto de uma curiosidade particular.”

Patrícia Neves, atualmente assessora no Governo de Macau, depois de 11 anos como jornalista profissional, seis dos quais no território chinês, destaca a barreira linguística como “a dificuldade mais evidente”, mas também “a dimensão reduzida das redações”.

Esta última característica “faz com que os jornalistas acabem por trabalhar muitas horas por dia, tenham de fazer várias peças no mesmo dia com saídas em reportagem, acabando, por isso, por ter pouco tempo para refletir sobre as matérias que estão a tratar, para desenvolver.”

Destaque, ainda no que diz respeito às dificuldades e desafios, para a questão do “risco”, apenas identificada por Patrícia Neves e Maria João Caetano.

Segundo Caetano, “há uma percepção de risco – real ou imaginado – que, regra geral, nos tem limitado na exploração de temas não convencionais normalmente relacionados com a



criminalidade e/ou os aspectos marginais da indústria do jogo. Há uma qualquer sabedoria convencional nas redações que atravessa gerações de jornalistas e que impede que se publique sobre o que o olhar comum observa na rua. Senti também esta espécie de medo, que à distância me começa a parecer cada vez mais irracional.”

Por seu lado, Patrícia Neves fala de “autocensura e proximidade ao poder” decorrentes do “facto de Macau ser um território exíguo”: “Determinados temas mais polémicos ou sensíveis e certas abordagens são, por vezes, evitadas por receios latentes de eventuais consequências, como a perda de fontes, e até, no extremo, por uma questão de ‘sobrevivência’ ou permanência no território.”

Questionados sobre em que medida a barreira linguística condiciona o seu trabalho, além da óbvia limitação do acesso às fontes os jornalistas reconheceram um certo desfasamento da realidade, a vulnerabilidade e exposição a erros e/ou mal-entendidos, bem como a transformação do jornalista num ator passivo.

Isabel Castro refere ainda que “[a barreira linguística] dificulta também a perceção do que é o cidadão comum, do que são as conversas de rua, de café, nos autocarros. O recurso à tradução é, no contato imediato, a solução possível, mas há muita informação que se perde e se perceciona de modo diferente.”

O não domínio da língua, na ótica de Patrícia Neves, impede o jornalista português de ter “acesso total ao que é publicado/divulgado pelos órgãos de língua chinesa, acabando por não conseguir ter uma visão mais global da realidade local.”

Os profissionais, continua a assessora do governo, ficam assim “dependentes dos tradutores”, que, “por vezes (...) filtram questões dos jornalistas que não dominam a língua chinesa, seja por se tratar de temas mais sensíveis ou pela forma como as questões são apresentadas ou simplesmente por diferenças culturais, sentindo-se desconfortáveis a fazer determinadas perguntas, o que os leva a ‘adaptá-las’ ao seu próprio contexto cultural (...)”.

Sobre esta questão, Patrícia Neves expõe ainda “situações em que os tradutores não se sentem à vontade para pedir a atenção do entrevistado, que é muitas vezes o seu superior, de



modo a que o jornalista possa apresentar as suas questões, acabando por se perder, por vezes, a oportunidade de conseguir declarações.”

Ressalvando que o ideal seria ter “noções da língua”, uma questão “da nossa inteira responsabilidade”, Joana Freitas chama a atenção para a dependência face à tradução, nem sempre rigorosa, o que leva os jornalistas a, frequentemente, propagarem erros: “Exemplo disso é a informação que nos é dada de forma errada, porque a tradução não foi exata, como acontece no caso de valores – em vez de serem nove milhões, são noventa mil patacas, por exemplo. Ou no caso de nomes específicos de pessoas ou lugares, ou informações urgentes que não trazem conteúdo explícito e implicam interpretações para que se consiga retirar, de facto, a informação necessária.”

Também Sónia Nunes não esquece os “inúmeros equívocos e erros graves que resultam de uma má tradução, que passam para os jornais portugueses como factos e que nunca são desmentidos. Acontece muito com números, os jornais portugueses podem, sei lá, estar a dizer que o Governo contratou 100 médicos, quando na verdade foram 10.”

Nunes alerta, ainda, para o facto de o jornalista ficar “sempre dependente do mediador (...) por regra escolhido pela fonte”, que “controla a entrevista.”

Como sublinha, “o jornalista fica num lugar mais passivo, o que não é bom, nem se recomenda. Ao não falar chinês, um jornalista em Macau fica também dependente da agenda institucional dos três poderes para conseguir fazer um trabalho. O Governo, a Assembleia Legislativa e os Tribunais divulgam informação nas duas línguas, embora nem sempre o façam ao mesmo tempo ou com o mesmo grau de detalhe.”

A freelancer dá um exemplo: “o Governo, que não é eleito, tem por hábito fazer consultas públicas para legitimar uma determinada decisão política. Este processo termina com a publicação de um relatório, nas duas línguas, com os resultados da sondagem e uma interpretação dos dados – mas a base de tudo isto, as opiniões que foram de facto apresentadas não são traduzidas. Se foram escritas em chinês, são publicadas em chinês; se foram escritas em português, são publicadas em português.”



Maria João Caetano admite que o não domínio de “qualquer língua chinesa – mandarim ou cantonês – foi sempre um problema”. Apesar de observar que os seus rudimentares conhecimentos do idioma lhe valeram “alguma simpatia de potenciais entrevistados”, no entanto, “em última análise, não me levavam ao lugar onde eu queria chegar”, admite.

A este propósito, a antiga diretora do Ponto Final alude também à questão da passividade: “Aconteceu-me ir a manifestações sem conseguir perceber quais os slogans e reivindicações, trazer gravações e fotografias para a redação para tradução, e acabar por ser um outro jornalista – falante de chinês – a contactar organizadores por telefone e saber o que efetivamente estava em causa no protesto. Em muitas situações, o meu trabalho foi inútil ou insuficiente por não saber falar chinês.”

Por este motivo, Maria João Caetano considera “impossível fazer um jornal de língua portuguesa em Macau sem jornalistas de língua chinesa”.

João Costeira Varela recorda que estava no Hoje Macau quando, em 2001, o jornal foi “pioneiro” na contratação de jornalistas de língua chinesa, “tendo mais tarde os outros media portugueses percebido a importância de o fazer e isso ser hoje, felizmente, o hábito e não a exceção.”

Nesse sentido, e contrariamente às respostas dos outros entrevistados, o antigo diretor do Hoje Macau afirma que a barreira linguística “nunca condicionou” o seu trabalho. “A minha prioridade no jornal que editei durante cinco anos e do qual fui diretor durante mais três foi sempre a de empregar esse subsídio [atribuído pelo governo] para nos colocar em situação de igualdade em relação aos outros media (chineses) na sociedade: contratando jornalistas de língua chinesa e tradutores”, explica Varela.

Em conclusão, o ex-jornalista afirma que “o condicionalismo do trabalho é mais uma questão de atitude do que de barreira linguística, mas claro que é muito mais fácil culpar a barreira.”

No que toca ao reflexo das eventuais diferenças culturais no trabalho jornalístico, as opiniões dividem-se entre os que consideram que existem entendimentos distintos quanto ao papel dos media, e os que rejeitam essa divergência.



Admitindo que a diferença “tem vindo a esbater-se nos últimos anos”, Isabel Castro está convencida que “existe uma diferença clara no modo como, em termos gerais, os jornalistas portugueses olham para o exercício da profissão e a forma como fontes, entrevistados e população em geral entendem o jornalismo.”

Um exemplo, acrescenta, é o “facto de o jornalismo não ser encarado, pela maioria da população, como uma atividade essencial (e natural) para o equilíbrio social [o que] faz com que seja difícil aceder a informações e a contextos.”

A ideia de que o trabalho jornalístico é percecionado de formas diferentes é sustentada, ainda, com outro exemplo fornecido por Joana Freitas: “Em locais onde estão media portugueses e chineses nota-se uma grande diferença nas questões colocadas – os profissionais chineses conseguem, por vezes, fazer repetidamente perguntas sobre um assunto que não desperta tanto interesse aos portugueses.”

Seguindo o raciocínio, a jornalista indica que, “muitas vezes, devido à diferença cultural, os jornalistas portugueses consideram que os entrevistados estão a desviar-se do assunto que é o cerne da questão utilizando discursos longos e onde existem palavras-chave para isso mesmo, como a ‘harmonia’ ou a ‘necessidade de fazer estudos científicos’.” No entanto, estas expressões “até podem ter algum significado para a comunidade chinesa. Só não têm o mesmo para nós, profissionais portugueses.”

Em contraponto a esta visão, Patrícia Neves rejeita que outras diferenças culturais além da língua “condicionem propriamente o trabalho do jornalista de língua portuguesa em Macau”.

Também Sónia Nunes recusa que as diferenças culturais interfiram no exercício da profissão: “Ao contrário do que me foi dito quando cheguei, não vejo que as preocupações e interesses dos jornalistas chineses sejam assim tão diferentes das dos jornalistas portugueses, por exemplo. Se isto se nota das primeiras páginas dos jornais chineses? Não, mas não atribuo isso tanto a diferenças culturais quanto à opção por uma linha editorial pró-sistema e, para usar um termo bem local, ‘harmoniosa’.”

No mesmo comprimento de onda manifesta-se João Costeira Varela: “Parece-me que a questão das diferenças culturais é um mito sobrevalorizado, um escape pelo facilitismo. (...)”



julgo que a questão das diferenças culturais, levantada como costuma ser levantada, prende-se mais com uma incapacidade dos ocidentais se adaptarem ao sítio para onde vieram ser jornalistas do que propriamente uma questão de diferença intransponível.”

Já para Maria João Caetano, uma diferença cultural que salta à vista e interfere na prática jornalística prende-se com a aceitação social do conflito de interesses: “O sistema político acolhe tão aberta e constitucionalmente aquilo que noutros sítios é definido como conflito de interesses, que a normalidade local também se encarrega de votar à irrelevância a ação de qualquer jornalista que ache que lhe compete denunciar situações dessa natureza que potencialmente lesem o interesse público. A cultura de representação corporativa choca de frente com as minhas convicções, e acho mesmo que vai contra a cultura jornalística – essencialmente democrática.”

Quanto à natureza opaca da comunicação institucional, outra propriedade de que dá conta, Maria João Caetano considera-a facilmente contornável: “Um jornalista que chegue de fora é também permeável à cultura local, e vai integrando algumas coisas do sítio onde está, aos poucos. Às tantas, e por exemplo, toda a aparente demagogia inicial que era notada na comunicação política, todo aquele pavoroso vazio, começava a ser habilmente codificado e decodificado pelos jornalistas.”

Relativamente à questão do papel do jornalismo de língua portuguesa como ponte entre comunidades, as opiniões voltam a dividir-se: se, por um lado, é admitido que os falantes de português têm acesso, através dos media, a informação sobre o local onde vivem que, de outro modo não teriam, por outro, é também apontado que essa função de ponte falhou porque o que é produzido pelos media em português não chega à comunidade chinesa.

Entre os que defendem essa função de ponte, Patrícia Neves é a que lhe atribui um maior alcance: “Concordo que o jornalismo de língua portuguesa funcione como uma ponte entre comunidades, nomeadamente as que têm ligação a Macau (sobretudo a portuguesa e a macaense) e estão espalhadas pelo mundo.”



Universidade do Minho

A atual assessora e ex-jornalista do Jornal Tribuna de Macau e agência Lusa realça, ainda, que a crescente “curiosidade e interesse pela China”, nomeadamente das comunidades lusófonas espalhadas pelo mundo, reforça essa função de ponte.

Do mesmo modo, Patrícia Neves diz ainda acreditar que essa ponte é igualmente usada no sentido inverso, ou seja, “a imprensa de língua portuguesa também permite que chineses, especialmente tradutores e estudantes de português, possam conhecer melhor a cultura lusófona.”

Isabel Castro entende que “existe uma maior atenção, de parte a parte, entre aquilo que é feito nos órgãos de comunicação social em língua portuguesa e nos órgãos de comunicação social em língua chinesa”, e acrescenta que “o jornalismo em língua portuguesa desempenha ainda um papel importante no acesso à informação da comunidade macaense, constituída por muitas pessoas que, apesar de falarem chinês, não dominam a escrita e a leitura da língua.”

Esta ideia convence Joana Freitas, para quem a imprensa em português “consegue fazer com que portugueses e macaenses (nitidamente duas comunidades distintas em Macau, ainda que se cruzem por vezes) consigam ter uma discussão sobre um determinado tema.”

Já Maria João Caetano diz não concordar “inteiramente” com a função de ponte, pois “o público é reduzido e, do ponto de vista da receção, a influência é limitada.” Ainda assim, a agora estudante considera que “onde o jornalismo de língua portuguesa supera mais estas limitações é na produção, no tratamento dos temas, quando procura não ser um jornalismo meramente comunitário e trata as matérias que são do interesse da população em geral.”

Mais perentória é Sónia Nunes: “Não pode servir de ponte porque não chega ao outro lado (...). A ponte será feita quando deixar de haver jornalismo de língua portuguesa e jornalismo de língua chinesa e passar-se a falar-se de jornalismo de Macau, com redações e edições bilingues. Se, algum dia, jornalistas chineses e portugueses trabalharem efetivamente em conjunto a imprensa local terá, então, o poder que lhe compete por direito.”

Por seu turno, João Costeira Varela defende mesmo que a questão nem deve ser formulada: “(...) essa perspetiva é colocar os media de língua portuguesa numa posição de





Universidade do Minho

servidores de uma tarefa que não é a deles”, considerando que essa função deve ser desempenhada pelo poder político.

Segundo Varela, em vez de procurar ser uma ponte, “o grande desafio dos media em língua portuguesa” passa antes por “procurar ser pertinente”.



## Capítulo IV – Conclusão

Barreiras linguísticas e culturais, escassez de recursos humanos e aparente falta de público são problemas que, por si só, parecem condenar à irrelevância e ao silêncio o jornalismo de Macau em língua portuguesa. No entanto, o panorama dos media lusófonos na Região Administrativa Especial chinesa, não obstante as dificuldades a cujo rol se pode acrescentar todas as restantes apontadas no capítulo anterior, apresenta uma vivacidade crescente que parece contrariar as mais elementares leis da natureza – desde logo, a da sobrevivência do mais apto.

A verdade é que, conforme foi mencionado anteriormente, de um modo geral, os jornais de Macau em língua portuguesa funcionam hoje com redações mais compostas e com um maior apoio de jornalistas e tradutores de língua chinesa. O que antes era uma exceção, como notou João Costeira Varela, é hoje a regra.

Ainda que não haja qualquer base de dados que permita essa observação direta, pela experiência e proximidade é possível constatar que, nos últimos dez anos, também em virtude do aparecimento de mais títulos (em língua portuguesa e inglesa), o número de jornalistas de língua portuguesa de Macau cresceu.

Mas também é verdade que, apesar de um esforço de procurar fazer diferente e, porventura, melhor, a maioria dos recursos são ainda continuamente empregues na cobertura da agenda diária, havendo pouco espaço para um trabalho que se distinga pela originalidade ou arrojo da abordagem, ou que fuja aos ditames da ação governativa.

Em todo o caso, de um modo geral, julgo que a maior valia dos media de língua portuguesa reside na capacidade de, diariamente, darem conta da atualidade de uma região maioritariamente chinesa e, só por isso, aprioristicamente hermética ou inhóspita para jornalistas sem domínio da língua mais usada. Por vezes, quando folheio uma determinada edição particularmente bem conseguida, não evito a sensação de estar perante um pequeno milagre,



que todavia pouco deve ao sobrenatural, mas sim ao incansável trabalho de quem perdeu precioso tempo, por vezes vezes, a confirmar apenas uma palavra.

Mas também o silêncio ou a indiferença com que os jornalistas são tratados pelas fontes, mas também pelo público, são motivo de desalento e, muitas vezes, frustração.

No que diz respeito ao relacionamento com os consumidores de notícias, o advento das redes sociais, sobretudo o Facebook, atenuou alguma distância, mas ainda existe um longo caminho a percorrer até se poder falar de um genuíno envolvimento e participação de um público interessado.

Cabe aqui dizer, no entanto, que o jornalismo de língua portuguesa em Macau ainda tenta libertar-se do estigma do amadorismo com que é encarado por uma parte do seu público alvo. Apesar de não haver estudos de opinião, posso dizer, por experiência própria, e por outras que me foram relatadas, que existe essa ideia de atribuir pouco profissionalismo aos media locais, sobretudo entre portugueses que tendem a comparar os órgão de comunicação de Macau com os de Portugal.

Apesar da injusta comparação (desde logo, pela dimensão e capacidade de recursos), é de reconhecer que, muitas vezes, os jornalistas de língua portuguesa em Macau são culpados de falta de preparação – teórica e prática –, e também de falta de conhecimento sobre Macau. Sobretudo nos jornais, as redações são em grande parte compostas por jornalistas jovens, acabados de sair de universidades portuguesas, que não encontram no ambiente de trabalho o devido acompanhamento.

A agravar esta situação está o facto de haver, principalmente nos últimos anos nos jornais, uma elevada rotatividade de jornalistas devido ao desgaste e cansaço, levando a que os que entretanto adquiriram mais experiência sejam substituídos por outros mais verdes. Neste ponto, também não se pode esquecer que nenhum jornalista português atualmente no ativo em Macau tem o domínio suficiente da língua chinesa (cantonense ou mandarim), que permita uma total autonomia face aos tradutores e intérpretes.



Por outro lado, pesa ainda no trabalho do jornalista (de língua portuguesa, mas não só), o facto de Macau se manter, até aos dias de hoje, sob o manto nada diáfano dos conflitos de interesses.

Ainda e sempre, continua-se no domínio da ambiguidade e da tal “soberania partilhada”, da confusão de sistemas, práticas e limites. Tudo se desenvolvendo como se de um teatro de sombras se tratasse, o que aumenta os desafios do trabalho jornalístico de decodificar narrativas e discursos, um trabalho que procure ir um pouco mais além das “sequências cognitivas lineares que são incompatíveis com a complexidade da própria realidade social e histórica que se quer apreender”.<sup>77</sup>

Com a breve resenha histórica de Macau na qual se recorreu à análise sociológica de diferentes autores, reconhece-se o sentido e a importância das palavras de Emília Rodrigues Araújo e Ricardina Magalhães, para quem “(...) a sociologia se dispõe para o jornalismo como um campo vasto de possibilidades de ensinamento diversificado sobre o modo como as sociedades se estruturam na base de relações de poder e de sentido.”<sup>78</sup>

Do mesmo modo, citando ainda as duas autoras e palavras que parecem assentar a Macau, vale a pena “(...) notar que o jornalismo se apresenta como um braço incontornável para todo o entendimento sobre o que é e para que serve a sociologia, designadamente em sociedades híper complexas e sujeitas a transformação e renovação semântica intensas.”<sup>79</sup>

Como jornalista de língua portuguesa em Macau sinto que tenho um duplo papel: por um lado, servir como intermediário entre os vários atores sociais – que compõem a atualidade – e o público em geral, ou seja, a função que, em sentido lato, todos os jornalistas desempenham; por outro lado, desempenho também um papel de tradução da realidade informativa, política, económica, social e cultural para uma minoria linguística que, de outro modo, se veria largamente excluída de aceder a essa informação. É nessa ótica que julgo fazer sentido invocar a imagem de uma ponte, ou de uma janela que se abre para outra realidade, outro mundo.

---

<sup>77</sup> (Araújo, et al., 2012)

<sup>78</sup> Ibidem.

<sup>79</sup> Ibidem.



Segundo este entendimento, o jornalismo em Macau (em português e chinês) acaba por ser usado como um fator de ligação entre culturas e comunidades específicas que, de outro modo, não se comunicam ou tendem a pouco fazê-lo.

Se, ao longo deste trabalho, me detive a evidenciar uma certa prevalência da incógnita no que diz respeito a Macau e à sua história, é porque ela deixou marcas profundas que ainda hoje são influentes na questão da cultura e das mentalidades. Além de um ponto de encontro, como Macau é muitas vezes caracterizada, a região é também um lugar de desencontros.

Apesar da exiguidade do seu território, ao longo dos tempos Macau albergou diversos mundos que sempre correram em paralelo, independentes e acentuando uma aura de incerteza.

A propósito desta faceta da cidade, devo acrescentar outra via à missão do jornalismo: o de ponte não só entre diferentes comunidades (culturais e linguísticas), mas também entre diferentes tempos (passado e presente), resgatando histórias antigas largamente ignoradas (no duplo sentido de esquecidas e desconhecidas), todavia de grande atualidade e oportunas para explicar o tempo presente. Um exemplo concreto deste vetor de trabalho, se assim lhe poderei chamar, materializa-se no programa “Falar de Memória”.

Também no meu trabalho enquanto jornalista tenho procurado desenvolver este sentido, tentando deslindar como a “população no seu conjunto”, os residentes que não fazem parte das “elites”, foi deixada no meio de toda a ambivalência que tem pairado sobre Macau ao longo dos tempos, e como se forjou (ou não) uma identidade que reflita o encontro (ou o desencontro) das culturas chinesa e ocidental (concretamente, estes foram temas de trabalhos como “Escrito na Pedra”, documentário produzido e realizado para o Canal Macau da TDM, “Breve Monografia de Macau”, ou “Integração regional: o futuro aqui tão perto”, reportagens produzidas e realizadas para a Rádio Macau).

Deixando, por momentos, Macau em segundo plano, faz-se notar que, mais coisa, menos coisa, passam dez anos desde que me tornei jornalista profissional, ou seja, desde que vivo do trabalho que faço; no entanto, passam bem mais desde que entretive, pela primeira vez, a ideia de seguir o jornalismo como carreira.



Em 2005, ano em que optei por sair de Portugal, o panorama dos media era pouco animador. Hoje, o jornalismo atravessa mais do que uma crise de identidade – há mesmo uma crise existencial atravessada por inúmeros órgãos de comunicação social por toda a parte.

As ameaças àquela que será a segunda profissão mais velha do mundo são muitas e colossais, mas julgo que nenhuma é tão perigosa como a que parte do seu interior. São os próprios jornalistas, sobretudo os que têm responsabilidades como editores e diretores, que, desertando do seu posto, da sua missão, se deixam substituir pela tecnologia, pelas ferramentas analíticas de dados, pela segmentação das audiências, e vão à procura do público que nada pede senão gratificação imediata; dos que aceitam passivamente que o meio transforme a mensagem até quase não restar nenhuma; dos aderem à novilíngua e trocam notícias por “conteúdos”, informação por sensação; dos que perderam a voz, o interior, uma identidade na vã tentativa de alcançar uma plateia global, de hipotéticos agradados gregos e troianos.

Os desafios avolumam-se e acredito que o jornalismo é e continuará a ser chamado. O aumento da produção e do acesso à informação criou um equívoco – o de que existe uma maior liberdade. Mas nada acontece por um simples passe de magia. Apontando para um paradoxo, Diogo Pires Aurélio, professor na Universidade Nova de Lisboa, chama-lhe “uma grande ilusão”: “É aí que reside a utopia do grande caudal de informação, imaginar que a qualidade do espaço público melhora pelo acesso indiscriminado à informação. Há acesso à informação, mas há redução dos polos de tratamento da informação. A sociedade não se identifica com esses polos, e essa é outra consequência do mundo das redes sociais, porque a grande massa dos cidadãos tende a igualizar tudo o que vê, tudo o que lê, a não hierarquizar”.<sup>80</sup>

No atual cenário, Diogo Pires Aurélio reclama um papel determinante para as universidades ensinarem e promoverem o espírito crítico e a função de questionar, mas acredito que o mesmo pode ser defendido em relação ao jornalismo, que não se deve aliar à deriva do facilitismo, mas sim ser um seu adversário.

---

<sup>80</sup> Entrevista ao jornal Público acedida no dia 8 de janeiro de 2016:

<http://www.publico.pt/politica/noticia/liberdade-de-informacao-orgaos-de-comunicacao-perdem-quando-vao-a-jogo-com-as-redes-sociais-1719244>



Universidade do Minho

Os tempos são de imensas e constantes mudanças, o que requer, acima de tudo, uma suprema capacidade de adaptação. Todavia, reina a incerteza. Se, por um lado, parecemos absolutamente imersos na era da informação digital, será avisado, por outro, concluirmos que ainda estamos numa fase inicial de uma verdadeira revolução, já que é de adivinhação difícil saber qual será o futuro, mesmo o mais próximo e imediato. Independentemente de qual venha a ser, acredito que o jornalismo – como instituição – é insubstituível e jamais perderá valor. Mas isto só enquanto houver Humanidade. Depois, logo se verá.



Universidade do Minho

## Bibliografia

A Abelha da China, A (1822, 12 de setembro) nº 1, p. 1.

Agência Lusa (2011, 6 de maio) Hugo Pinto vence Prémio Macau-Reportagem 2010. *Diário Digital*. Acedida em: [http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id\\_news=508979](http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=508979)

Araújo, Emília Rodrigues, e Magalhães, Ricardina (2012). Jornalismo e Sociologia: Um contributo (pp.111, 121). *Revista Comunicando*, v.1, n.1, Dezembro.

Center for Macau Development Strategies (2006). A research report on the quality of residents in Macau SAR (p.65)

Censos 2011 (2011) Direcção de Serviços de Estatística e Censos. Acedido em: <http://www.dsec.gov.mo/Statistic.aspx?NodeGuid=8d4d5779-c0d3-42f0-ae71-8b747bdc8d88#P17824>

Coronel, Sheila S. (2008) The Media as Watchdog (pp. 2, 4). *The Role of the News Media in the Governance Reform Agenda*. Harvard-World Bank Workshop. Harvard Kennedy School. Estados Unidos.

Declaração Conjunta Do Governo Da República Portuguesa e Do Governo Da República Popular Da China Sobre a Questão De Macau. Acedida em <http://bo.io.gov.mo/bo/i/88/23/dc/pt/>

Encarnação, José Miguel (2008). Imprensa Portuguesa de Macau: Enquadramento na realidade jurídica e social da Região Administrativa Especial de Macau (p.771). *Revista da Administração Pública de Macau*. Macau. Serviços de Administração e Função Pública.

Fok, Kai Cheong (2011). The Macao Formula: Key to Four Hundred Years of Successful Interactions Between China and The West. *Chinese Cities and the Outside World: A Workshop for City, Culture and Society* (p. 40). Osaka: Urban Research Plaza, Osaka City University.





Universidade do Minho

Gabinete de Comunicação Social (2014, 4 de abril). Relatório final da consulta pública sobre revisão da Lei de Imprensa ainda este mês. Acedido em: <http://www.gcs.gov.mo/showNews.php?DataUcn=77493&PageLang=P>

Gabinete de Comunicação Social de Macau (2015, agosto). Indústria do Jogo. Acedido em: [http://www.gcs.gov.mo/files/factsheet/Gaming\\_PT.pdf](http://www.gcs.gov.mo/files/factsheet/Gaming_PT.pdf)

Hao, Zhidong (2011). *Macau History and Society* (pp. 45, 50, 51, 52, 53). Hong Kong. Hong Kong University Press.

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, Preâmbulo, p. 1.

Li, Xiaoqin (2012). An analysis of Chinese media performance in Macau: their present situation and the future. [Resumo] *Blue Book of Macau: Annual Report on Economy and Society of Macau (2011-2012)*. Social Sciences Academic Press, Macau

Macau 2014 – Livro do Ano (pp. 369-371), Gabinete de Comunicação Social, Macau.

Mar, Diana do (2012, 27 de novembro) Dez anos de liberalização do jogo. *Revista Macau*. Acedido em: <http://www.revistamacau.com/2012/11/27/10-anos-da-liberalizacao-do-jogo/>

Mateus, Susana dos Santos Cabrita (2007). *Macau: A administração do Território e as dinâmicas de desenvolvimento comunitário* (p. 141). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa.

Pina Cabral, João de (2003). *Guerreiros da Nova Era: Macau na Encruzilhada Colonial* (pp. 8, 11). Brasília.

Pinto, Hugo (2006, 15 de dezembro). A Memória de um Jornal. *Ponto Final*.

Ponto Final (1991, 18 de dezembro) Editorial, nº0, Macau.

Ponto Final (2014, 2 de julho). “Union Pay” e apostas no Mundial reduzem receitas do jogo. Acedido em: <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2014/07/02/union-pay-e-apostas-no-mundial-reduzem-receitas-do-jogo>



Universidade do Minho

Revista Macau 2015, 21 de janeiro) Macau recebeu 31,5 milhões de visitantes em 2014, mais 7,5%. Acedida em: <http://www.revistamacau.com/2015/01/21/macau-recebeu-315-milhoes-de-visitantes-em-2014-mais-75/>

Revista Macau (2015, 30 de novembro) Hugo Pinto vence Prémio Macau-Reportagem 2015. Acedida em: <http://www.revistamacau.com/2015/11/30/hugo-pinto-vence-premio-macau-reportagem-2015>

Ribeiro, Nuno (2016, 6 de janeiro). Liberdade de informação: “Órgãos de comunicação enfraquecem quando vão a jogo com as redes sociais”. *Público*. Acedido em : <https://owl.english.purdue.edu/owl/resource/560/10/>

Sá Machado, Maria Leonor de Seabra e (2013). *Narrativas da Transição – Um olhar sobre a transferência de poderes de Macau vista pelo jornal Ponto Final: 1996-2001* (p.11). Escola Superior de Comunicação Social. Instituto Politécnico de Lisboa

Santos Alves, José Augusto dos (2000). *A Opinião Pública em Macau – A Imprensa Macaense na Terceira e Quarta Décadas do Século XIX* (pp. 13, 15, 19, 20). Lisboa. Fundação Oriente.

Silva Fernandes, Moisés (1998). *Enquadramento das Relações Luso-Chinesas Entre 1949 e 1966*. *Revista Administração*, nº 40, vol. XI (pp. 300, 301). Macau

Simpson, Tim (2013). The Ongoing Story of Macau. *International Institute of Asian Studies Newsletter* (pp.21-23)

Sousa Santos, Boaventura de, e Gomes, Conceição (1998). *Macau. O Pequeníssimo Dragão*. (pp. 8, 9, 15, 23, 25, 27). Porto: Edições Afrontamento.

Wu, Zhiliang (2009). Reexaminar e Reconhecer a História de Macau. *Yin Guangren e Zhang Rulin, Breve Monografia de Macau* (pp. vii-ix). Macau: Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa de Macau.

Xiaoming, Zhang (2011) Por que se afirma que o sistema político de Macau não integra o modo de “separação de poderes”. *Programa de Estudos sobre a Lei Básica da RAEM*. Macau.



Universidade do Minho

# ANEXOS



## **Anexo I – Guião das Entrevistas a jornalistas de língua portuguesa com experiência em Macau**

1. Nome e idade.
2. Há quanto em Macau? Há quanto tempo é jornalista e em que órgão trabalha/trabalhou?
3. No exercício da profissão, que dificuldades considera mais evidentes em Macau?
4. Em que medida a barreira linguística condiciona o seu trabalho? Dê exemplos.
5. Em que medida as diferenças culturais condicionam o seu trabalho? Dê exemplos.
6. Concorda com a ideia de que o jornalismo de língua portuguesa em Macau funciona como uma ponte entre comunidades? Porquê?



## **Anexo II – Transcrição da entrevista a Isabel Castro**

1. Nome e idade.

Isabel Castro, 37 anos.

2. Há quanto em Macau? Há quanto tempo é jornalista, em que órgão trabalha/trabalhou?

Em Macau há 14 anos, neste momento a trabalhar na Rádio Macau. Sou jornalista há 18 anos.

3. No exercício da profissão que dificuldades considera mais evidentes em Macau?

A questão das fontes é a maior dificuldade do trabalho de um jornalista em Macau, por várias razões.

Em primeiro lugar, existe o problema da língua, que dificulta a relação entre os jornalistas portugueses (que não dominam chinês) e a maioria das fontes, uma vez que, em muitas situações, não existe um idioma comum de comunicação.

Depois, a dimensão cultural e geográfica da cidade: apesar de Macau ter estruturas governativa, legislativa e judicial, o modo como se vive no território faz com que exista pouca predisposição para a comunicação com os jornalistas.

Por fim, o próprio sistema político e a fraca noção de interesse público na governação: uma vez que, em Macau, os principais governantes e parte substancial dos deputados não estão sujeitos ao escrutínio da generalidade da população; dado o sistema eleitoral, é fraca a ideia de que a comunicação social pode funcionar como quarto poder – ou, pelo menos, como uma forma de responsabilização e de equilíbrio dos restantes poderes.

4. Em que medida a barreira linguística condiciona o seu trabalho? Dê exemplos.

Condiciona na medida em que limita o acesso a fontes, entrevistados, comentadores, analistas. Dificulta também a perceção do que é o cidadão comum, do que são as conversas de



rua, de café, nos autocarros. O recurso à tradução é, no contacto imediato, a solução possível, mas há muita informação que se perde e se percebe de modo diferente.

De qualquer modo, não deixa de ser interessante que se possa ser jornalista num local onde não se fala a língua que a maior parte da população utiliza para comunicar. Torna o desafio mais interessante – e não me parece que seja impossível, ao fim de algum tempo, conseguir compreender onde se está.

5. Em que medida as diferenças culturais condicionam o seu trabalho? Dê exemplos.

Existe uma diferença clara no modo como, em termos gerais, os jornalistas portugueses olham para o exercício da profissão e a forma como fontes, entrevistados e população em geral entendem o jornalismo. Esta diferença cultural em relação ao papel e ao que deve ser a comunicação social tem vindo a esbater-se nos últimos anos – porque existe um maior envolvimento da sociedade civil nas coisas públicas – mas, ainda assim, continua a ser um obstáculo.

Dando um exemplo da comunicação entre fontes oficiais e jornalistas: continua a não existir uma noção de tempo e de oportunidade na divulgação de informações, sendo que é frequentes vezes desrespeitada a ideia de que, se existe um pedido de informação específico feito por um jornalista, a resposta deve ser destinada apenas a esse jornalista e não a todos os órgãos de comunicação social. Perguntas simples podem tornar-se enormes dores de cabeça na obtenção de respostas. Entrevistar pessoas dependentes de serviços públicos é uma tarefa árdua, uma vez que são muitas vezes limitadas pelas chefias.

Na relação com fontes não oficiais, o facto de o jornalismo não ser encarado, pela maioria da população, como uma atividade essencial (e natural) para o equilíbrio social faz com que seja difícil aceder a informações e a contextos.

6. Concorda com a ideia de que o jornalismo de língua portuguesa em Macau funciona como uma ponte entre comunidades? Porquê?

Concordo com a ideia de que o jornalismo de língua portuguesa funciona – às vezes – como uma ponte entre comunidades.

Apesar das limitações linguísticas, a última década de jornalismo em Macau (aquela de que posso falar com maior conhecimento de causa) tem demonstrado que existe uma maior atenção, de parte a parte, entre aquilo que é feito nos órgãos de comunicação social em língua portuguesa e nos órgãos de comunicação social em língua chinesa. As redações começaram a ter pessoas que dominam as duas línguas ou que, pelo menos, podem ajudar a traduzir o que



Universidade do Minho

se escreve e o que se diz, utilizando-se o inglês como ponte. O que se escreve em português pode chegar, por isso, ao leitor chinês, e vice-versa.

Ao contrário do que acontece em muitos locais de emigração portuguesa, o jornalismo que se faz em português em Macau não é virado apenas para a comunidade expatriada, havendo, por isso, uma relação direta com as questões que preocupam a generalidade da população e com aquilo que é o território. O jornalismo em língua portuguesa desempenha ainda um papel importante no acesso à informação da comunidade macaense, constituída por muitas pessoas que, apesar de falarem chinês, não dominam a escrita e a leitura da língua.



## **Anexo III – Transcrição da entrevista a Joana Freitas**

1. Nome e idade.

Joana Estrela de Freitas, 26 anos.

2. Há quanto em Macau? Há quanto tempo é jornalista, em que órgão trabalha/trabalhou?

Estou em Macau há cinco anos e trabalho nesta profissão há seis. Trabalhei em Portugal durante um ano – ao mesmo tempo que estudava - em canais de televisão como a MVM e o Porto Canal. Desde que cheguei a Macau trabalhei em revistas mensais como a Macau Business, a Revista Macau e a Macau Closer e mantenho funções como editora no jornal Hoje Macau, órgão onde trabalho há mais tempo (exatamente cinco anos).

3. No exercício da profissão que dificuldades considera mais evidentes em Macau?

Sem dúvida a barreira da língua, uma vez que não falo Chinês. Trabalhar aqui implica necessariamente depender de tradutores, ainda que haja material em Língua Portuguesa. Outra das dificuldades é, algumas vezes, a cultura e a mentalidade, que difere em algumas situações da portuguesa. Isto, no que à forma de trabalhar diz respeito – ilustrando com um exemplo: o facto de perguntas feitas por um único jornalista em privado (por email para um assessor, imaginemos) serem respondidas publicamente e para todos os jornais. A questão do tempo é outra das dificuldades que apontaria, na medida em que não há uma noção real da importância do “atual”.

4. Em que medida a barreira linguística condiciona o seu trabalho? Dê exemplos.

Na falta de tradutor numa conferência de imprensa, por exemplo, não é possível a um jornalista que não fale Chinês perceber o que se passa. A verdade é que deveríamos ter noções da língua – sendo inteiramente da nossa responsabilidade não falarmos a língua do país onde trabalhamos. Mas, ainda que nos vamos “desleixamos” nisso porque há, de facto, alguma crença de que, ao ser uma das línguas oficiais, tem de nos ser fornecida informação em Português, quando o é, também podemos encontrar dificuldades. Exemplo disso é a informação que nos é dada de forma errada, porque a tradução não foi exata, como acontece no caso de valores – em vez de serem nove milhões, são noventa mil patacas, por ex. Ou no caso de nomes específicos de pessoas ou lugares, ou informações urgentes que não trazem conteúdo explícito e implicam interpretações para que se consiga retirar, de facto, a informação necessária.





5. Em que medida as diferenças culturais condicionam o seu trabalho? Dê exemplos.

Penso que na resposta à questão três me alonguei já sobre isto, mas posso dar mais dois exemplos. Em locais onde estão media portugueses e chineses nota-se uma grande diferença nas questões colocadas - os profissionais chineses conseguem, por vezes, fazer repetidamente perguntas sobre um assunto que não desperta tanto interesse aos portugueses. Outra ideia seria a de que, muitas vezes, devido à diferença cultural, os jornalistas portugueses consideram que os entrevistados estão a desviar-se do assunto que é o cerne da questão utilizando discursos longos e onde existem palavras-chave para isso mesmo, como a “harmonia” ou a “necessidade de fazer estudos científicos”. Estas, no entanto, até podem ter algum significado para a comunidade chinesa. Só não têm o mesmo para nós, profissionais portugueses.

6. Concorda com a ideia de que o jornalismo de língua portuguesa em Macau funciona como uma ponte entre comunidades? Porquê?

Diria que sim, no sentido em que consegue fazer com que portugueses e macaenses (nitidamente duas comunidades distintas em Macau, ainda que se cruzem por vezes) consigam ter uma discussão sobre um determinado tema, que foi trazido a público por um média português. Ou, quando um assunto tratado pela imprensa portuguesa desperta o interesse da comunidade chinesa, ao ponto de ser traduzido. De certa forma, o jornalismo de Língua Portuguesa funciona, sim, como uma ponte entre comunidades, nem que muitas vezes seja por razões que não são tão felizes – há sempre reações de (algumas das) comunidades de Macau a assuntos tratados pelo jornalismo português. Se isso poder ser considerado como “uma ponte”...



Universidade do Minho

## **Anexo IV – Transcrição da entrevista a João Costeira Varela**

1. Nome e idade.

João Costeira Varela. 36 anos

2. Há quanto em Macau? Há quanto tempo é jornalista, em que órgão trabalha/trabalhou?

Há 15 anos em Macau. Jornalista dez anos, de 1998 a 2008. Trabalhei no Diário de Notícias (Portugal), Hoje Macau (Macau) e Inside Asian Gaming (Macau).

3. No exercício da profissão que dificuldades considera mais evidentes em Macau?

1) A falta de sentido de responsabilidade política dos atores políticos, a sua pouca abertura à participação num escrutínio importante numa sociedade livre: o escrutínio dos media.

2) A extrema falta de preparação (técnica e teórica) e de cultura da esmagadora maioria dos jornalistas e responsáveis editoriais dos órgãos de comunicação de Macau, que acabam por permitir aos atores políticos e empresariais colocar os media - independentemente das suas virtudes individuais - todos juntos num saco que era (e acho que se tem agravado) tratado com condescendência, complacência e a partir de uma (falsa) posição superior numa hierarquia social onde os media voluntariamente se colocavam numa posição subalterna (vertical) de servidão em vez de numa posição paralela (horizontal) de fiscalização.

4. Em que medida a barreira linguística condiciona o seu trabalho? Dê exemplos.

Nunca condicionou. Os media em Macau são subsidiados pelo Governo precisamente para fazer face às dificuldades que empresas tradicionalmente pequenas - como as dos media privados em Macau, nomeadamente os de língua portuguesa - sentem em apetrechar-se de recursos (sejam humanos ou tecnológicos). A minha prioridade no jornal que editei durante cinco anos e do qual fui diretor durante mais três foi sempre a de empregar esse subsídio para nos colocar em situação de igualdade em relação aos outros media (chineses) na sociedade: contratando jornalistas de língua chinesa e tradutores. O Hoje Macau foi pioneiro enquanto órgão de comunicação em língua portuguesa (contratámos jornalistas chineses logo em 2001), tendo



mais tarde os outros media portugueses percebido a importância de o fazer e isso ser hoje, felizmente, o hábito e não a exceção. Sempre consegui ter no jornal que editei e dirigi jornalistas chineses com espírito de missão jornalística, partilha de ideais, busca de notícias, sentido de fiscalização e de denúncia do que deve ser denunciado, fazer as perguntas incómodas etc., etc.. O condicionalismo do trabalho é mais uma questão de atitude do que de barreira linguística, mas claro que é muito mais fácil culpar a barreira.

5. Em que medida as diferenças culturais condicionam o seu trabalho? Dê exemplos.

Talvez tenha havido uma predisposição diferente das pessoas com poder (político e económico) para falar com os media, denunciar situações, passar notícias ou colaborar com investigações. Mas houve sempre da parte do Hoje Macau (enquanto lá trabalhei) um esforço tremendo para sermos nós a integrar-nos na cultura social (sem prescindir de princípios) em vez de estar à espera que a cultura social se adaptasse ao nosso jornalismo.

Sempre nos preocupámos em ser nós, noticiar como achámos que tinha de ser noticiado em Macau, por gente de Macau e, acima de tudo, para gente de Macau.

Parece-me que a questão das diferenças culturais é um mito sobrevalorizado, um escape pelo facilitismo. Se atentarmos a quem lê, vê e ouve a imprensa portuguesa em Macau chegamos facilmente à conclusão de que o público é necessariamente constituído maioritariamente por, e nesta ordem, Macaenses (esmagadora maioria), Portugueses (uns 15 por cento da audiência) e Chineses que dominem português (uma minoria). Ora, entre os chineses que dominam o português e os macaenses, julgo não andar muito longe da verdade se disser que constituem 85 por cento da audiência. Assim, e tendo em conta que são locais e partilham de uma mesma cultura de liberdade de imprensa e axiomas estruturantes de uma sociedade (que não é necessariamente a cultura de um ocidental), julgo que a questão das diferenças culturais, levantada como costuma ser levantada, prende-se mais com uma incapacidade dos ocidentais se adaptarem ao sítio para onde vieram ser jornalistas do que propriamente uma questão de diferença intransponível. Blame on the “diferenças culturais” é muito mais fácil do que ser inflexível nos princípios mas flexível na exposição das coisas. Os macaenses e chineses não apreciam a liberdade de imprensa, o papel fiscalizador dos media, a necessidade de denunciar, noticiar? Claro que apreciam. O que condiciona mais o trabalho é a posição de subalternidade em que os media de Macau como um todo se colocam perante os poderes político e económico e que, em sentido contrário, tem por resultado estes poderes tratarem todos os media por igual,



prejudicando os que têm um sentido de dever profissional que implica esperar dos agentes políticos e económicos respeito e cooperação transparente.

6. Concorde com a ideia de que o jornalismo de língua portuguesa em Macau funciona como uma ponte entre comunidades? Porquê?

Não, e essa perspetiva é colocar os media de língua portuguesa numa posição de servidores de uma tarefa que não é a deles. Quem deve pugnar pela inclusão, pela comunicação entre comunidades, pelo respeito e conhecimentos mútuos é o poder político - que tem essa obrigação constitucional - e, noutro nível, a sociedade civil através de associações ou outras entidades criadas para o efeito. Os media e os jornalistas devem servir a sociedade sem a preocupação de criar pontes ou de aproximar pessoas apenas porque estas são de etnia diferentes e falam línguas diferentes. O jornalismo deve servir a sociedade como um todo, fiscalizar os poderes como um todo e em prol de um todo. Não deve ter uma agenda nem um desígnio dessa índole, porque então deixa de ser jornalismo para passar a ser uma ferramenta ao serviço de um projeto.

Os media em língua portuguesa devem estar nos mesmos sítios dos media chineses ao mesmo tempo que os media chineses e dar as notícias se acharem que aquelas são pertinentes e de acordo com os seus critérios editoriais. E aí não estão a ser ponte entre comunidades, estão simplesmente a cumprir o seu papel jornalístico, sendo um jornal em língua portuguesa para Macau e não um jornal em língua portuguesa para quem sabe ler português. Quem quiser saber o que lá vem escrito, lá é dito ou mostrado, que se dê ao trabalho de procurar uma tradução. O português é língua oficial, os media portugueses devem ter a preocupação de fazer o seu jornalismo na língua que for preciso, publicá-lo ou transmiti-lo em português e quem o achar pertinente que o traduza. Portanto, deve muito mais procurar ser pertinente - é este o grande desafio dos media em língua portuguesa - do que procurar ser uma ponte. Deve procurar servir Macau enquanto uma sociedade e não colocar-se num papel subalterno de ferramenta para o que quer que seja. As pessoas é que têm o dever de se integrar, procurando saber o que publicam os chineses e o que publicam os portugueses, não são os media que as devem integrar ou ter essa preocupação.



## **Anexo V – Transcrição da entrevista a Maria João Caetano**

1. Nome e idade.

Maria Caetano, 34 anos.

2. Há quanto em Macau? Há quanto tempo é jornalista, em que órgão trabalha/trabalhou?

Vivi em Macau entre 2005 e 2015. Comecei a trabalhar como jornalista em 2000 – em Macau, apenas em 2005. Primeiro, na Rádio Macau e, depois, no jornal Ponto Final.

3. No exercício da profissão que dificuldades considera mais evidentes em Macau?

Em primeiro lugar, a falta de dados públicos, e atualizados, e a ausência de informação substantiva na maior parte da comunicação pública. Estas dificuldades têm um efeito negativo em todo o jornalismo de Macau, mas são particularmente sentidas nas publicações de língua portuguesa, nas quais o fraco domínio do cantonês e não integração dos jornalistas em redes sociais alargadas tornam difícil que se explorem fontes de informação alternativas. Daqui, resulta uma dependência da iniciativa dos órgãos públicos que é em si também um problema.

O jornalismo de Macau está muito condicionado neste aspeto, e em vários sentidos. Num deles, não há um público exigente e audivelmente crítico para legitimar e dar relevância às reivindicações dos jornalistas junto dos poderes públicos. O elo de serviço público, aquele que evidencia quem o jornalismo serve, é esbatido. Os jornalistas podem exigir mais informação e esclarecimentos, mas facilmente as suas perguntas são entendidas por quem tem a obrigação de lhes dar resposta como fruto de uma curiosidade particular.

Naturalmente, não abundam fontes identificadas ou anónimas. Há um pequeno número, exausto, de fontes.

Por fim, e havendo no noticiário de Macau poucos grandes casos que animem a imprensa, há uma perceção de risco – real ou imaginado – que, regra geral, nos tem limitado na exploração de temas não convencionais normalmente relacionados com a criminalidade e/ou os aspectos marginais da indústria do jogo. Há uma qualquer sabedoria convencional nas redações que atravessa gerações de jornalistas e que impede que se publique sobre o que o olhar comum



observa na rua. Senti também esta espécie de medo, que à distância me começa a parecer cada vez mais irracional.

4. Em que medida a barreira linguística condiciona o seu trabalho? Dê exemplos.

O facto de não dominar qualquer língua chinesa – mandarim ou cantonês - foi sempre um problema. Talvez uma ou duas palavras ditas em cantonês conquistassem em dadas alturas alguma simpatia de potenciais entrevistados, mas em última análise não me levavam ao lugar onde eu queria chegar.

A maior parte do que acontece em Macau acontece em chinês. As tarefas mais básicas do quotidiano do jornalista exigem o domínio da língua. Os exemplos vão desde fazer uma chamada telefónica para contactar alguém e, sem sucesso, ter de pedir ajuda a um colega de língua materna chinesa, a não conseguir ouvir e entender os canais de rádio e televisão que a maior parte da população escuta e vê.

Aconteceu-me ir a manifestações sem conseguir perceber quais os slogans e reivindicações, trazer gravações e fotografias para a redação para tradução, e acabar por ser um outro jornalista – falante de chinês – a contactar organizadores por telefone e saber o que efetivamente estava em causa no protesto. Em muitas situações, o meu trabalho foi inútil ou insuficiente por não saber falar chinês.

Não sendo fácil aprender a língua em pouco tempo, conhecê-la o mais possível é sempre uma vantagem. E são indispensáveis redações que falem duas ou três línguas a tempo inteiro. É impossível fazer um jornal de língua portuguesa em Macau sem jornalistas de língua chinesa. O ideal mesmo seria que por cada história colaborassem sempre um jornalista de língua portuguesa e outro de língua chinesa – assim houvesse sempre recursos para tal.

5. Em que medida as diferenças culturais condicionam o seu trabalho? Dê exemplos.

Diria que as diferenças se tornam diferentes ao longo do tempo. Um jornalista que chegue de fora é também permeável à cultura local, e vai integrando algumas coisas do sítio onde está, aos poucos.

Às tantas, e por exemplo, toda a aparente demagogia inicial que era notada na comunicação política, todo aquele pavoroso vazio, começava a ser habilmente codificado e descodificado pelos jornalistas. Especulava-se um pouco, às vezes acertava-se, sem saber se era coincidência ou não. A normalidade passava a ser outra coisa. E, em rigor, às vezes não havia informação.



Por outro lado, o sistema político acolhe tão aberta e constitucionalmente aquilo que noutros sítios é definido como conflito de interesses, que a normalidade local também se encarrega de votar à irrelevância a ação de qualquer jornalista que ache que lhe compete denunciar situações dessa natureza que potencialmente lesem o interesse público. A cultura de representação corporativa choca de frente com as minhas convicções, e acho mesmo que vai contra a cultura jornalística – essencialmente democrática.

6. Concorda com a ideia de que o jornalismo de língua portuguesa em Macau funciona como uma ponte entre comunidades? Porquê?

Não concordo inteiramente. Desde logo, por causa das tais barreiras linguísticas. Os jornais de língua portuguesa, mesmo tendo um público bastante heterogéneo, estão limitados pela sua língua de trabalho – ainda quando esta se mantém relevante para grupos diferentes da população de Macau. O público é reduzido e, do ponto de vista da receção, a influência é limitada.

Onde acho que o jornalismo de língua portuguesa supera mais estas limitações é na produção, no tratamento dos temas, quando procura não ser um jornalismo meramente comunitário e trata as matérias que são do interesse da população em geral. Aí, julgo que consegue transportar para as comunidades falantes de português informação que parte de outras comunidades. E isso é importante. No sentido inverso, não passa tanta informação. Para isso, julgo que seria necessário que as publicações fossem bilingues.



## **Anexo VI – Transcrição da entrevista a Patrícia Neves**

1. Nome e idade.

Patrícia Neves, 32 anos.

2. Há quanto em Macau? Há quanto tempo é jornalista, em que órgão trabalha/trabalhou?

Há 7 anos em Macau (desde Novembro de 2008). Jornalista há 11 anos. Atualmente faço assessoria de imprensa no Governo de Macau.

Trabalhei para a Antena 1, Presstur, Publituris, Jornal Tribuna de Macau, Lusa (delegação de Macau), Plataforma Macau. Colaborações com revista Macau Business e Revista Macau (colaboradora). Ainda co-autora do guia turístico Hong Kong/Macau Louis Vuitton 2012, autora de “Império Nuclear – A Era Pós-Fukushima” (Chiado Editora), realizadora do documentário “Império Nuclear”.

3. No exercício da profissão que dificuldades considera mais evidentes em Macau?

Sem dúvida que a dificuldade mais evidente no exercício da profissão por um jornalista de língua portuguesa em Macau é a barreira linguística, mas desenvolverei esta questão na resposta seguinte.

Além da barreira linguística, há que destacar a dimensão reduzida das redações em Macau, o que faz com que os jornalistas acabem por trabalhar muitas horas por dia, tenham de fazer várias peças no mesmo dia com saídas em reportagem, acabando, por isso, por ter pouco tempo para reflectir sobre as matérias que estão a tratar, para desenvolver trabalhos mais aprofundados e dar-lhes acompanhamento posterior. Esta é, aliás, a questão que me parece ser mais pertinente, pois acaba por deixar os jornalistas, de certo modo, reféns da agenda dos entrevistados, sem condições para, por vezes, estabelecer determinadas ligações entre matérias que seriam fundamentais para a compreensão de determinadas realidades, pois há pouco tempo para questionar, para investigar, perdendo-se no caminho também um dos ativos mais importantes da profissão: a memória.

Por outro lado, há também o problema das fontes. Os jornalistas de língua portuguesa têm uma rede de fontes limitada, o que decorre de uma conjugação de fatores: a dimensão





reduzida do território; o facto de se recorrer pouco a fontes fora do território, seja em regiões vizinhas ou noutras; a barreira linguística que leva os jornalistas a recorrer com mais frequência a entrevistados que dominam o português e/ou inglês; e a falta de tempo que faz com que se recorra com mais frequência às fontes mais acessíveis e disponíveis, às que mais se disponibilizam a prestar declarações.

A autocensura e a proximidade ao poder, decorrentes também do facto de Macau ser um território exíguo, são outras dificuldades que marcam o exercício da profissão. Determinados temas mais polémicos ou sensíveis e certas abordagens são, por vezes, evitadas por receios latentes de eventuais consequências, como a perda de fontes, e até, no extremo, por uma questão de “sobrevivência” ou permanência no território – já que muitos jornalistas residem e trabalham no território com autorizações de permanência ou vistos de trabalho renováveis pelas autoridades. Em alguns casos, o jornalista que pretende desenvolver determinados temas também se depara - ou parte do princípio de que se irá deparar – com objeções dos diretores/editores ou com dificuldades em encontrar fontes “descomprometidas” e/ou dispostas a prestar declarações sobre as matérias em causa, acabando por desistir de o fazer. Esta situação é especialmente evidente quando em causa estão temas relacionados sobretudo com justiça e com o poder político. Há que salientar que a imprensa de Macau é subsidiada pelo Governo de Macau e, por a classe política local ser reduzida, a proximidade ao poder - pelas boas relações que tanto diretores como jornalistas, especialmente os que exercem a profissão há mais tempo no território, vão estabelecendo com os membros do Governo (tal como com outras fontes) ao longo dos anos -, acabam por ter reflexos, em certa medida, nas opções editoriais. Além do subsídio do Governo, os órgãos de comunicação locais de língua portuguesa sobrevivem ainda graças à publicidade institucional, tanto de serviços públicos, como de escritórios de advogados e das operadoras de jogo, já que as vendas ao público geram poucas receitas. Esta dependência económica acaba também por ter reflexos nas opções editoriais e, naturalmente, no exercício da profissão.

De salientar que muitos jornalistas que trabalham em Macau são recém-licenciados, tendo iniciado a sua carreira precisamente no território, como estagiários, no fim ou logo após concluírem as respetivas licenciaturas/mestrados, sem, portanto, terem tido qualquer outra experiência profissional prévia ou chegam com pouca experiência acumulada em busca de melhores condições de vida, o que também os deixa mais expostos a estas situações.

Esta realidade também se deve ao facto de, por um lado, a classe jornalística não estar organizada, no sentido em que não existem conselhos de redação, e de, por outro, não existir uma entidade reguladora do setor nem carteira profissional para o exercício da profissão que sujeitasse os jornalistas ao cumprimento de normas deontológicas. De ressaltar, no entanto, que alguns órgãos de comunicação locais de língua portuguesa e inglesa, arriscaria mesmo a maioria, tem códigos deontológicos próprios.



#### 4. Em que medida a barreira linguística condiciona o seu trabalho? Dê exemplos.

Apesar de o português ser uma das duas línguas oficiais do território, a esmagadora maioria da população local é de etnia chinesa e não domina a língua portuguesa, tal como grande parte da comunidade portuguesa, incluindo a classe jornalística, não domina o chinês.

Os jornalistas de língua portuguesa ficam, portanto, dependentes dos tradutores em muitas ocasiões. Esta situação gera outras dificuldades, nomeadamente derivadas de fatores culturais. Por vezes, os próprios tradutores filtram questões dos jornalistas que não dominam a língua chinesa, seja por se tratar de temas mais sensíveis ou pela forma como as questões são apresentadas ou simplesmente por diferenças culturais, sentindo-se desconfortáveis a fazer determinadas perguntas, o que os leva a “adaptá-las” ao seu próprio contexto cultural, o que acaba por criar uma dicotomia entre as expectativas de respostas que o jornalista tinha e as respostas que, de facto, obtém e que, por vezes, acabam por não reunir condições para serem citadas.

Também há situações em que os tradutores não se sentem à vontade para pedir a atenção do entrevistado, que é muitas vezes o seu superior, de modo a que o jornalista possa apresentar as suas questões, acabando por se perder, por vezes, a oportunidade de conseguir declarações. A mesma situação ocorre, por vezes, devido ao tempo que demora o processo de tradução e que não acompanha, na grande maioria das vezes, o ritmo do discurso do entrevistado, que acaba por abandonar, em algumas ocasiões, o local antes de os jornalistas de língua portuguesa terem a oportunidade de colocar as suas questões.

Nas conferências de imprensa, os jornalistas estão também muitas vezes dependentes das traduções simultâneas e grande parte dos comunicados de imprensa que chegam às redações são também produto de traduções. Por outro lado, tanto serviços públicos como entidades privadas acabam por demorar mais tempo a responder às questões dos jornalistas de língua portuguesa, que, muitas vezes, não podem contar com elas para a edição do dia, por terem de ser traduzidas.

Simultaneamente, há entrevistados falantes de chinês que se aproveitam desta desvantagem dos jornalistas de língua portuguesa para evitar responder a determinadas questões, pelo menos de forma direta.

Por outro lado, por não dominarem a língua mais falada no território, os jornalistas de língua portuguesa acabam por não ter um acesso total ao que é publicado/divulgado pelos órgãos de língua chinesa, acabando por não conseguir ter uma visão mais global da realidade local.

Nas reportagens, quando o jornalista pretende realizar entrevistas de rua, ou outras, depara-se com uma grande dificuldade em encontrar entrevistados com os quais consiga comunicar diretamente, acabando por vezes por não conseguir estabelecer uma conversa mais aprofundada com o entrevistado como seria desejável.



Nos últimos anos, para procurar contrariar esta situação, os órgãos de comunicação social de língua portuguesa têm vindo cada vez mais a apostar na contratação de jornalistas de língua chinesa ou de tradutores, que representam uma minoria nas redacções (um ou dois jornalistas no máximo), não resolvendo ainda o problema, apesar de contribuir para a sua atenuação.

Em suma, a barreira linguística acaba por condicionar diariamente e quase totalmente o trabalho do jornalista de língua portuguesa em Macau.

5. Em que medida as diferenças culturais condicionam o seu trabalho? Dê exemplos.

Além da questão da barreira linguística e das situações descritas na resposta anterior, não julgo que outras diferenças culturais condicionem propriamente o trabalho do jornalista de língua portuguesa em Macau.

6. Concorda com a ideia de que o jornalismo de língua portuguesa em Macau funciona como uma ponte entre comunidades? Porquê?

Concordo que o jornalismo de língua portuguesa funcione como uma ponte entre comunidades, nomeadamente as que têm ligação a Macau (sobretudo a portuguesa e a macaense) e estão espalhadas pelo mundo. Estas, através essencialmente da Internet, continuam a ler a imprensa local ou a aceder aos conteúdos dos órgãos de comunicação locais para acompanhar, mesmo à distância, os acontecimentos do território, onde já residiram e/ou ainda têm família ou algum tipo de laço. Por outro lado, o jornalismo de língua portuguesa de Macau também desempenha um papel importante no contexto atual, em que o mundo tem uma maior curiosidade e interesse pela China, permitindo nomeadamente que as comunidades lusófonas espalhadas pelo mundo conheçam melhor não só o território, mas também a cultura chinesa através dos respectivos conteúdos. Poderemos e devemos ainda destacar a situação inversa, que a imprensa de língua portuguesa também permite que chineses, especialmente tradutores e estudantes de português, possam conhecer melhor a cultura lusófona.



## **Anexo VII – Transcrição da entrevista a Sónia Nunes**

1. Nome e idade.

Sónia Nunes, 32 anos

2. Há quanto em Macau? Há quanto tempo é jornalista, em que órgão trabalha/trabalhou?

Desde 2007. Comecei nesse ano, como estagiária no Diário de Notícias. Em Macau, trabalhei no Hoje Macau (dois anos) e no Ponto Final. Agora sou freelancer.

3. No exercício da profissão que dificuldades considera mais evidentes em Macau?

O acesso à informação. É cada vez mais difícil conseguir informação além daquela que o Governo e os poderes instalados estão dispostos a fornecer, e que é insuficiente para a prática de um jornalismo responsável e vigilante. Todos os dias reforço a ideia de que a comunicação social é aqui vista como uma extensão da máquina de propaganda do Governo – a agenda oficial domina a agenda dos media – e que há cada vez mais obstáculos a quem tenta furar esta tendência. As fontes escasseiam e há cada vez mais agentes da sociedade civil que se escusam a exercer o direito à liberdade de expressão por estarem economicamente dependentes do Governo. É lugar comum dizer-se que em Macau há liberdade de imprensa. A Associação de Imprensa em Português e Inglês de Macau será a primeira a dizê-lo e a defender que os subsídios do Governo não comprometem a independência dos jornais. A verdade é que é fácil haver liberdade de imprensa quando a maioria da população, incluindo a estrangeira, parece prescindir desse direito e os temas que são tratados pela imprensa, regra geral, não incomodam. Já quando a notícia a dar mexe com o status quo, não há pudor em chamar os diretores dos jornais ao Gabinete de Ligação (aconteceu, por exemplo, quando pedi uma reação da Amnistia Internacional às detenções de um grupo de ativistas que tentou fazer um referendo sobre a reforma política), nem em classificar como confidencial informação que devia ser pública. Mais exemplos: senti que comprei uma guerra quando insisti para que o Governo revelasse o orçamento anual do hospital público, e fui já ‘aconselhada’ a não voltar a pedir a informação; o Governo recusa-se também a indicar o valor de contratos celebrados por ajuste direto com empresas controladas por influentes políticos, que são também das relações de altos membros do Governo, alegando tratar-se de informação confidencial por envolver informação



comercial de uma empresa. O bloqueio é válido também para questões aparentemente pacíficas: ao abrigo do segredo de justiça e da lei de proteção de dados pessoais, o Ministério Público recusa-se a esclarecer, por exemplo, se faz testes de DNA nos processos de averiguação de paternidade. Admito que, neste caso, o cenário seria diferente se fosse jornalista de um diário chinês com influência.

4. Em que medida a barreira linguística condiciona o seu trabalho? Dê exemplos.

Não sei se cabe na categoria da barreira linguística, mas não tenho dúvidas que o Governo e os poderes instalados teriam maior abertura para lidar com a imprensa portuguesa se esta tivesse igual número de leitores. Há temas de interesse público que são trazidos pelos media portugueses e aqui podem dar-se dois cenários: ou o assunto morre na edição em que foi noticiado ou os jornalistas chineses entram em cena e o assunto passa a fazer parte da agenda. Por outro lado, ao não falar chinês, um jornalista fica sempre dependente de um mediador para aceder às fontes chinesas que não falam (ou não querem falar) português ou inglês. É este mediador, por regra escolhido pela fonte, quem controla a entrevista. O jornalista fica num lugar mais passivo, o que não é bom, nem se recomenda. Ao não falar chinês, um jornalista em Macau fica também dependente da agenda institucional dos três poderes para conseguir fazer um trabalho. O Governo, a Assembleia Legislativa e os Tribunais divulgam informação nas duas línguas, embora nem sempre o façam ao mesmo tempo ou com o mesmo grau de detalhe. Por exemplo: o Governo, que não é eleito, tem por hábito fazer consultas públicas para legitimar uma determinada decisão política. Este processo termina com a publicação de um relatório, nas duas línguas, com os resultados da sondagem e uma interpretação dos dados – mas a base de tudo isto, as opiniões que foram de facto apresentadas não são traduzidas. Se foram escritas em chinês, são publicadas em chinês; se foram escritas em português, são publicadas em português. Isto é fundamental para saber se a interpretação que o Governo apresenta é a que mais se aproxima da realidade. Há ainda inúmeros equívocos e erros graves que resultam de uma má tradução, que passam para os jornais portugueses como factos e que nunca são desmentidos. Acontece muito com números, os jornais portugueses podem, sei lá, estar a dizer que o Governo contratou 100 médicos, quando na verdade foram 10.

5- Em que medida as diferenças culturais condicionam o seu trabalho? Dê exemplos.

Não sei responder bem a esta pergunta porque não sei dizer até que ponto há diferenças culturais. Ao contrário do que me foi dito quando cheguei, não vejo que as preocupações e interesses dos jornalistas chineses sejam assim tão diferentes das dos jornalistas portugueses, por exemplo. Se isto se nota das primeiras páginas dos jornais chineses? Não, mas não atribuo isso tanto a diferenças culturais quanto à opção por uma linha editorial pró-sistema e, para usar um termo bem local, “harmoniosa”. As diferenças estarão aqui



Universidade do Minho

e poderei dar como exemplos os casos em que somos ameaçados com processos judiciais por colocarmos uma questão mais sensível a uma destacada figura pública. Os principais agentes políticos e económicos projetam-se como intocáveis, resultado do sistema oligárquico em que vivem. Isto é uma diferença cultural?

6. Concorda com a ideia de que o jornalismo de língua portuguesa em Macau funciona como uma ponte entre comunidades? Porquê?

Não. Não pode servir de ponte porque não chega ao outro lado, ainda que as notícias sejam traduzidas pelos poderes institucionais. A ponte será feita quando deixar de haver jornalismo de língua portuguesa e jornalismo de língua chinesa e passar-se a falar-se de jornalismo de Macau, com redações e edições bilingues. Se, algum dia, jornalistas chineses e portugueses trabalharem efetivamente em conjunto a imprensa local terá, então, o poder que lhe compete por direito.